

41º Encontro Anual da ANPOCS

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2016: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?**

**Maria Teresa Miceli Kerbauy<sup>1</sup>  
André Luiz Vieira Dias<sup>2</sup>**

**GT 22 Partidos e Sistemas Partidários  
Sessão: Partidos e Estratégias Partidárias**

**22-27 de outubro de 2017  
Caxambu/ Minas Gerais**

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Araraquara. Pesquisadora do CNPq. E-mail: [kerbauy@travelnet.com.br](mailto:kerbauy@travelnet.com.br)

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Araraquara. Bolsista Capes. E-mail: [andrelvdias@me.com](mailto:andrelvdias@me.com)

## **Eleições municipais brasileiras de 2016: mudança ou continuidade?**

*Maria Teresa Miceli Kerbauy*

*André Luiz Vieira Dias*

**Resumo:** As eleições municipais de 2016 colocam uma incógnita em relação ao cenário partidário, num momento importante para compreensão de suas consequências para as próximas competições eleitorais. Por esta razão, o objetivo deste artigo é analisar o desempenho dos dez maiores partidos políticos nas eleições municipais de 2016, no intuito de compreender como se deu a organização e distribuição partidária entre as várias dimensões de municípios e regiões do país e do efeito das coligações nestes territórios de diferentes magnitudes. Nossa hipótese é de que ao levarmos em conta apenas a competição para o executivo e legislativo nas esferas nacional e estadual e a polarização entre PT e PSDB, não atentamos para as mudanças e realinhamento das forças partidárias que estavam ocorrendo na competição eleitoral dos municípios, cujos resultados vinham apontando para uma alta fragmentação partidária desde 2012. Além da revisão da literatura específica, nos valem de técnicas de análise de dados categóricos a partir do recurso dos resíduos padronizados e dos testes qui-quadrado de Pearson, do V de Cramer, o coeficiente Gama e do  $V^2$ , no intuito de verificar a significância, o sentido, a associação e a possível causalidade entre as variáveis e categorias utilizadas. Por qualquer uma das variáveis selecionadas – o desempenho dos dez maiores partidos e do conjunto dos partidos menores nas cinco regiões do país e nos municípios de diferentes magnitudes, além do efeito das coligações sobre as eleições de seus candidatos – verificamos diferenças em relação as suas estratégias regionais, à magnitude dos municípios e à decisão sobre coligações.

**Palavras-chaves:** eleições municipais, sistema partidário, nacionalização e fragmentação partidária.

### **Introdução**

As eleições municipais brasileiras, cujos resultados vinham ocorrendo desde 2008 de forma mais ou menos previsível, chegou em 2016 com um alto grau de incerteza em relação ao quadro partidário no país, aos arranjos locais que deverão sair desta competição e suas consequências para as eleições presidenciais de 2018. Os acontecimentos políticos que sacudiram o país a partir de 2013, quando houve uma grande mobilização nacional, provocaram mudanças e dúvidas no que estava estabelecido até então para a disputa eleitoral nacional e local. Acrescenta-se a isto a profunda descrença do eleitorado para com os políticos e os partidos a partir das

denúncias de corrupção, o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a crise econômica. As expectativas em relação às modificações que ocorreram nas regras eleitorais, especialmente a redução do tempo de campanha de 90 para 45 dias e a proibição de financiamento de campanha por empresas, produziram uma incógnita muito grande em relação aos resultados das eleições de 2016. A possibilidade de reorganização das principais forças políticas do país e o espaço que os principais partidos nacionais – PT, PSDB e PMDB – e as siglas de menor expressão passariam a ocupar neste processo permearam o debate eleitoral. A questão que nos orienta é o cenário partidário brasileiro que sai das eleições municipais de 2016 e as possíveis mudanças e consequências para as próximas competições eleitorais no Brasil.

As análises sobre o sistema partidário e o sistema eleitoral no Brasil sempre desconsideraram as eleições municipais, o papel dos partidos e as características dos sistemas partidários locais. Apesar de alguns autores apontarem a importância das eleições locais (Ames, 1994; Pereira e Rennó, 2001; Nicolau, 2015) a referência sempre foi as eleições nacionais, a competição pela Presidência da República e o papel que exerceu sobre o processo de consolidação do sistema partidário no país ao estruturar a competição polarizada entre o PT e o PSDB, condicionando a análise sobre o comportamento eleitoral e a dinâmica do sistema de partido no país.

Limongi e Cortez (2010) e Cortez (2009) ao enfatizarem o fortalecimento dos partidos apontaram para a nacionalização vertical do sistema partidário e a estabilização da competição no plano subnacional. Como consequência desse processo, deu-se o alinhamento das estratégias partidárias (nacional, estadual e municipal) e a avaliação de que o desempenho de um partido em uma determinada eleição teria efeito sobre o desempenho deste mesmo na eleição seguinte – independentemente do fato das eleições para o Executivo e Legislativo municipal não coincidirem com as eleições estadual e federal.

Para Borges (2015, p. 678), a nacionalização dos partidos brasileiros está relacionada à disputa pela Presidência da República e a realização de eleições coincidentes para presidente, governador e deputado federal desde 1994 tem ampliado e incentivado a coordenação entre as disputas.

Essa tendência para analisar os partidos a partir da disputa nacional tem sido denominada por uma parte da literatura comparada internacional como nacionalismo metodológico, entendido como a homogeneidade dos resultados eleitorais num território, nas eleições nacionais (Rokkan 1970; Suarez-Cao y Freideberg, 2013), ou como

sistemas nacionalizados em que a força eleitoral dos partidos se distribui homoganeamente entre os distritos (Jones e Mainwaring, 2003).

No entanto, a forma como se estruturam as eleições locais e suas interações com os diferentes níveis não tem recebido atenção especial. As análises existentes sobre a competição partidária na esfera municipal, no Brasil, tendem a considerar apenas os dados referentes às capitais dos estados, não se detendo aos dados agregados da competição do conjunto dos municípios brasileiros e suas diferenças regionais.

Poucas pesquisas se debruçaram sobre as diferentes formas de competição em diferentes distritos de um mesmo nível eleitoral. Por ser uma eleição realizada num ciclo diferente da nacional e estadual, grande parte da literatura sobre a disputa eleitoral nos municípios considera que o efeito desarticulador da Federação, em combinação com as regras eleitorais e a organização partidária, aponta para o desprestígio da função coordenadora exercida pelos partidos políticos, elevando o grau de personalismo político, fazendo ressaltar a atuação do prefeito como o maior detentor do poder local, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente a organização e coordenação partidária. Desta forma, os efeitos da nacionalização partidária não alcançariam a competição eleitoral nos municípios.

As eleições municipais de 2016 contou com 16.565 candidatos ao cargo de prefeito e 463.375 candidatos às 57.958 vagas para o cargo de vereador nos 5.568 municípios brasileiros. Os resultados dessas eleições colocam uma incógnita em relação ao cenário partidário, num momento importante para compreensão de suas consequências para as próximas competições eleitorais.

Neste sentido, buscamos analisar o desempenho dos dez maiores partidos políticos nas eleições municipais de 2016, no intuito de compreender como se deu a organização e distribuição partidária entre as várias dimensões de municípios e regiões do país e do efeito das coligações nestes territórios de diferentes magnitudes.

Nossa hipótese é de que ao levarmos em conta apenas a competição para o executivo e legislativo nas esferas nacional e estadual e a polarização entre PT e PSDB, não atentamos para as mudanças e realinhamento das forças partidárias que estavam ocorrendo na competição eleitoral dos municípios, cujos resultados vinham apontando para uma alta fragmentação partidária desde 2012.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira seção apresentaremos os argumentos presentes na literatura brasileira sobre a competição eleitoral no Brasil e a estabilização da competição para a Presidência da República, a partir de 1994 e sua

contribuição para organizar e nacionalizar a competição eleitoral no Brasil. Em seguida, apresentaremos os supostos metodológicos e a análise dos dados da eleição municipal de 2016. Na terceira seção analisaremos os prováveis efeitos dos resultados eleitorais da eleição municipal de 2016 sobre o sistema partidário brasileiro. Ao final, apresentaremos nossas considerações.

### **1. Nacionalização e Fragmentação partidária na literatura brasileira**

Uma parte da literatura brasileira argumenta que a alta fragmentação do nosso sistema partidário (Ames, 2003; Mainwaring, 2001; Lima Jr, 1983) em combinação com o elevado índice de indisciplina partidária e o alto grau de personalismo político, contribuiriam para o enfraquecimento dos partidos prevalecendo “partidos do tipo *catch-all*, descentralizados, comparativamente indisciplinados e individualistas.” (Mainwaring, 1991, p.5) Os municípios seriam os exemplos mais extremados dessa situação, ao exagerarem a orientação individualista e fisiológica desempenhada pelos prefeitos e vereadores em detrimento da força dos partidos políticos na arena de governo.

No entanto, as pesquisas sobre nacionalização partidária no Brasil ganharam impulso nos últimos anos, apontando para a institucionalização da disputa presidencial a partir de 1994 e sua contribuição na organização da competição eleitoral para os cargos mais importantes: presidente, governadores e deputados federais. (Borges, 2015)

A análise da nacionalização do sistema partidário brasileiro tem como referência a competição pela Presidência da República que, segundo Melo e Câmara (2012, p.4) “adquiriu um padrão estável, claramente identificável nas estratégias delineadas pelos partidos e (...) tal fato significa um sinal inequívoco de que, pelo menos em uma das dimensões possíveis de análise, o sistema partidário encontra-se hoje mais consolidado do que anteriormente”, tornando possível outra leitura sobre como interagem os partidos brasileiros.

Segundo Cortez (2009, p. 108), a polarização entre PT e PSDB na disputa presidencial desde 1994, “reflete a capacidade de estes dois partidos nacionalizarem as disputas estaduais, articulando estas últimas à disputa presidencial.” Como

consequência da preponderância PT e PSDB nas disputas presidenciais houve uma rápida expansão e nacionalização de suas bases eleitorais, estruturando a competição pela Presidência em um sistema partidário altamente fragmentado. Portanto, a competição partidária no Brasil atuaria no sentido de contrabalançar os incentivos à regionalização dos partidos dada pela disputa no âmbito federal. (Borges, 2015)

Segundo Melo e Câmara (2012, p.11), o surgimento de um novo espaço de competição, com o PT e o PSDB como os principais competidores, exigiu dos outros partidos uma definição em relação ao jogo presidencial. Apesar de diferentes estratégias partidárias entre diferentes partidos, que participaram das coligações presidenciais a partir de 1994, para concorrerem às eleições coincidentes para governador e deputado federal, os incentivos à coordenação impulsionou a nacionalização das eleições. (Borges, 2015)

Ainda, segundo Borges (2015, p.678), “se é verdade que a institucionalização da disputa presidencial contribuiu para conferir estrutura e inteligibilidade a um sistema partidário que figura entre os mais fragmentados do mundo, é também verdade que as instituições federativas e o caráter coalicional do presidencialismo brasileiro possibilitam a sobrevivência de partidos que adotam estratégias nacionais e estaduais fracamente integradas”, permitindo a sobrevivência de partidos regionais.

Contrapondo-se ao argumento sobre a nacionalização vertical do sistema partidário brasileiro das análises de Limongi e Cortez (2010) e Cortez (2009), Borges (2015, p. 679) sugere que no plano subnacional “o sistema político brasileiro é suficientemente flexível para acomodar estratégias de não alinhamento aos principais partidos presidenciais”. O autor conclui que “o caráter coalicional do presidencialismo brasileiro e sua superposição a um sistema federativo resultam em incentivos contraditórios com respeito a nacionalização horizontal partidária. A ampliação moderada da nacionalização horizontal a partir de 1994 oculta um sistema segmentado, no interior do qual alguns partidos se nacionalizam por meio de estratégias eleitorais altamente verticalizadas, a exemplo do PT, enquanto outros logram obter distribuições de voto mais homogêneas por meio de estratégias nacionais e estaduais incongruentes entre si, a exemplo do PMDB e do PP.” (Borges, 2015, p.680)

O argumento da nacionalização do sistema partidário brasileiro a partir de um ciclo eleitoral (executivo e legislativo nos âmbitos federal e estadual) não leva em conta o ciclo das eleições para o executivo e legislativo no âmbito municipal que acontecem em outro momento, colocando um desafio para a coordenação das disputas políticas. O que existe

são análises que relacionam a votação dos municípios como voto para presidente ou para o legislativo federal, como observado nas obras de Nicolau (2015), Nicolau e Peixoto (2007) e Dillon e Terron (2012).

Por outro lado, apenas as relações entre dois entes federados são levados em conta, federal e estadual. O município – que desde a constituição de 1998 faz parte da federação e obriga os partidos a responderem a uma lógica multinível tanto em relação a sua organização interna como nas estratégias de competição - é desconsiderado nas análises de nacionalização dos partidos, dando a impressão que a dinâmica da competição eleitoral nos municípios tem menor importância em um sistema federativo.

As regras que presidem a formação e organização da esfera municipal de governo são fundamentais para se entender a competição política local. A Constituição de 1988 transformou os municípios em entes federativos, com autonomia política, administrativa e financeira, adquirindo novas competências e atribuições. Acrescentando a esse novo perfil dos municípios brasileiros a descentralização política e financeira está o fato de que as eleições dessa esfera acontecerem em outro ciclo provocando um claro desafio à coordenação das disputas eleitorais municipais. (Carneiro e Almeida, 2008)

Para Carneiro e Almeida (2008), há no sistema partidário brasileiro um claro problema de coordenação decorrente do incentivo à competição intrapartidária produzido pelo sistema eleitoral, que combina a fórmula proporcional e lista aberta com voto categórico em distritos de magnitude elevada. Em função disso, os partidos lidam não apenas com a competição interpartidária (ou intercoligações), mas também com uma forte competição intrapartidária.

A forma como está organizado o sistema eleitoral e partidário no Brasil leva a um argumento muito comum na literatura brasileira sobre o tema, de que diferenças regionais e locais do comportamento eleitoral produzem organizações partidárias descentralizadas – verdadeiras federações partidárias –, que dificultam a consolidação de partidos nacionais no país. Partidos nacionais e federações partidárias, diferenças regionais e fragmentação partidária são temas que atravessam a literatura brasileira sobre padrões de votação na busca de entendimento sobre o sistema partidário brasileiro e que interferem nas análises sobre competição partidária nos municípios.

A análise sobre a nacionalização do sistema partidário no Brasil parte do pressuposto de que o que ocorre na eleição presidencial permite a compreensão de todo o sistema. Esse tipo de análise ignora as diversas interações que podem se dar entre os diferentes entes federativos e como podem impactar sobre a democracia.

Ao compararem a literatura sobre nacionalização dos sistemas partidários na América Latina, Dosek e Freidenberg (2013) consideram que em função do nível eleitoral e do tipo de dados utilizados para a análise da nacionalização dos partidos, os resultados podem ser diversos, apontando para comportamentos desiguais nos distintos níveis de competências. Estes autores recorreram ao conceito de congruência dos sistemas partidários e afirmam que a dinâmica dos partidos a nível nacional e subnacional não é necessariamente igual. Além disso, Dosek e Freidenberg, procuraram relacionar as causas e consequências da incongruência, tais como: os fatores institucionais (desenho institucional, federalismo, sistema eleitoral e descentralização); os fatores socioculturais (presença de clivagens sociopolíticas); e os fatores político-estratégicos (regionalização das estratégias das elites políticas e coordenação do eleitorado). Quando não levados em conta, esses fatores podem produzir incongruência do sistema de partidos e consequências importantes para a democracia.

“A desconexão entre os níveis supõe a desvinculação das elites nacionais das locais, dificultando a cooperação das elites e incrementando o custo da resolução dos conflitos sociais, afetando posteriormente a capacidade do governo nacional de dar resposta a problemas locais. Esta desconexão aparece como a ante sala das crises de representação e uma das possíveis razões do colapso de um sistema de partidos.” (Dosek e Freindeberg, 2013,p.174)

Ao adotarmos os municípios como unidade base de análise do desempenho do sistema partidário, a partir do ciclo eleitoral das eleições para o executivo e legislativo municipal, nosso objetivo é apontar para a importância dos partidos nas eleições municipais e o papel que ocupam na definição das estratégias partidárias nas eleições presidenciais, para os governos estaduais e para a Câmara Federal. É nesse nível de governo que as estratégias territoriais dos partidos podem ser observadas de forma mais adequada, assim como os seus efeitos para o próximo ciclo eleitoral, nos permitindo compreender melhor o sistema partidário brasileiro.

A questão que se coloca é se o aumento da fragmentação partidária nas eleições 2016 – em que trinta e cinco partidos concorreram pelos cargos do executivo e do legislativo municipal – que já vinha sendo anunciado nas eleições municipais de 2004, 2008 e 2012, pode impactar o sistema partidário e a coordenação dos partidos para as eleições presidenciais de 2018.

## ***2. A competição eleitoral na esfera municipal***

## **2.1. A disputa pelo poder executivo municipal**

Nesta seção e nas seções seguintes, analisaremos o desempenho dos dez maiores partidos e do conjunto dos partidos menores nas cinco regiões do país e nos municípios de diferentes magnitudes, além do efeito das coligações sobre as eleições de seus candidatos. Ao invés da leitura das frequências simples, optamos pela análise dos resíduos padronizados, uma vez que este recurso nos permite identificar a significância e o sentido (positivo ou negativo) das relações entre as variáveis analisadas. Além dos resíduos, nos valem os testes qui-quadrado de Pearson, V de Cramer, o coeficiente Gama e o  $V^2$ . Tais testes nos indicam a significância, o nível de associação e a causalidade entre ser de determinado partido e ter o seu desempenho influenciado pela região, pela magnitude do município e pelas coligações formadas.

A interpretação das tabelas elaboradas abaixo pode ser feita vertical ou horizontalmente, dependendo da questão que se tem em mente. No caso, pelas colunas podemos observar, a partir de cada região, como se distribuíram todos os partidos; e, pelas linhas, verificamos como cada um dos partidos se comportou em todas as diferentes regiões. Para facilitar a compreensão, destacamos em azul os indicadores significativos positivos e em vermelho os indicadores significativos negativos.

Desta maneira, na tabela 1, relacionamos os números de candidatos a prefeito (CP) e prefeitos eleitos (PE) por partido nas diferentes regiões do país e percebemos que, no caso da região Norte, embora o PR tenha sido o único dentre os dez maiores partidos que apresentou um número significativo positivo de candidaturas às prefeituras, o PMDB foi o partido que revelou a maior força para eleger prefeitos naquela região, sendo seguido pelo PR. Além destes dois partidos, o conjunto dos partidos menores<sup>3</sup> também apresentou um número positivo significativo de candidatos e de prefeitos eleitos na região Norte. Em direção contrária, o PTB, o PDT, o PP e o PSB foram os partidos que apresentaram resíduos significativos negativos de candidaturas e que, com exceção do PDT, também obtiveram um desempenho significativamente negativo de prefeitos eleitos na região Norte.

Na região Nordeste, o PSB, o PSD e os partidos menores apresentaram mais candidatos que o esperado e, somados ao PDT, foram os partidos que elegeram mais

---

<sup>3</sup> A categoria “partidos menores” é composta pelos partidos: PC do B, PEN, PHS, PMB, PMN, PPL, PPS, PRB, PROS, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PSOL, PT do B, PTC, PTN, PV, REDE e SD.

prefeitos que o esperado. No sentido contrário, o PSDB, o PMDB e o DEM apresentaram menos candidatos que o esperado e, por outro lado, sobretudo o PSDB e o PMDB, tiveram números negativos significativos de prefeitos eleitos na região.

No Sudeste, o PSDB, o DEM, o PTB e os partidos menores apresentaram números positivos significativos de candidaturas e, de maneira similar, foram as agremiações tenderam a eleger mais prefeitos que o esperado naquela região. Já o PP, o PSD, o PDT, o PMDB e o PSB foram as agremiações que apresentaram menos candidatos e, assim como o PT, tiveram um desempenho significativo abaixo do esperado em relação à eleição de prefeitos nesta região.

No Sul, o PP, o PMDB, o PDT e o PT foram os partidos que apresentaram mais candidatos e, exceto o PT, tenderam a eleger mais prefeitos que o estatisticamente esperado na região. Dentre os que apresentaram menos candidatos estão os partidos menores, o PR, o DEM, o PSB e o PSDB. Vale destacar que, por um lado, o PP e do PMDB demonstraram ser os partidos com maior força para lançar candidatos e eleger prefeitos e, por outro lado, os partidos menores pareceram enfrentar muita dificuldade de inserção na região Sul.

No Centro-Oeste, o PSDB foi o partido com a maior força para lançar candidatos e eleger prefeitos na região. O PR e o DEM também lançaram mais candidatos, porém, apenas o PR foi capaz de eleger mais prefeitos que o esperado no Centro-Oeste. O PT, os partidos menores e o PP foram aqueles cujo número de candidaturas foi abaixo do esperado e isso refletiu sobre o número de prefeitos eleitos na região.

Ao analisarmos horizontalmente a tabela 1, verificamos que o PMDB tem a sua maior força eleitoral, tanto em lançamento de candidaturas como em número de prefeitos eleitos, na região Sul e obteve um desempenho acima do esperado na região Norte, sendo o partido que obteve o maior número de resíduos positivos significativos de prefeitos eleitos. O PSDB caracterizou-se como um partido com maior força eleitoral no Sudeste e no Centro-Oeste, regiões em que os tucanos apresentaram resíduos positivos significativos tanto para candidaturas lançadas como para prefeitos eleitos. No entanto, o PSDB obteve resíduos negativos significativos nas regiões Nordeste e Sul. O PT, por sua vez, obteve resíduos positivos significativos somente no lançamento de candidatos na região Sul e na conquista de prefeituras no Nordeste. O Partidos dos Trabalhadores colheu resultados negativos significativos no lançamento de candidaturas a prefeitos na região Centro-Oeste e em relação ao número de prefeitos eleitos nas regiões Sudeste e

Centro-Oeste – regiões que, curiosamente, são as mesmas em que o PSDB foi o partido que apresentou os maiores resíduos positivos.

Os testes qui-quadrado das duas tabelas revelam que há diferenças significativas entre as distribuições das variáveis analisadas e que, portanto, há dependência entre elas. O V de Cramer confirma a associação entre variáveis, embora o grau de associação seja considerado fraco tanto para a relação entre candidaturas quanto de prefeitos eleitos nas diferentes regiões do país. O teste  $V^2$  indicou apenas 3,31% de causalidade entre as variáveis analisadas.

TABELA 1 – Candidatos a Prefeito (CP)* e Prefeitos eleitos (PE)** por região do país (Rp)										
Partido	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	CP	PE	CP	PE	CP	PE	CP	PE	CP	PE
DEM	-0,5	0,2	-2,2	-0,4	4,4	3,1	-4,2	-3,2	2,6	-0,3
PDT	-3,5	-1,7	1,1	2,2	-4,7	-4,4	7,7	4,6	-0,8	-1,7
PMDB	1,2	3,1	-4,6	-3,9	-3,8	-1,6	9,4	5,6	0,8	-1,4
PP	-3,4	-2,4	0,1	-1,4	-8,2	-4,9	14,8	10,3	-2,7	-2
PR	4,9	2,4	-1,1	-0,1	1	1,2	-5,3	-4,5	3,1	2,8
PSB	-3	-2,5	7,3	6,8	-2,5	-2	-4	-4	-0,1	-0,9
PSD	1,6	-0,1	6,1	5,2	-6,3	-3	-0,5	-2,3	-0,2	-0,6
PSDB	-0,3	-1,4	-8,6	-6,8	5,1	5	-2,5	-3	10,8	9,9
PT	-0,5	-0,6	0	3,4	-0,4	-3,1	4,2	1,9	-5,2	-3,4
PTB	-3,9	-2,4	-1	-0,4	4,4	4,1	-0,5	-1,9	-1,7	-1,7
Partidos menores	3,3	2,8	2,9	0,4	6,8	4,1	-11,8	-5,1	-4,6	-3,2

(\*)  $\chi^2 = 1334,425$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,144; N = 16139;  $V^2 = 0,0207 = 2,07\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 733,223$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,182; N = 5541;  $V^2 = 0,0331 = 3,31\%$

Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos dados doTSE.

A tabela 2 diz respeito à relação entre as candidaturas e prefeitos eleitos nos diferente tamanhos de municípios país. Nela observamos que, nos municípios de até 50 mil habitantes, os partidos que apresentaram resíduos significativos positivos foram o PP, o PMDB e o PSD, revelando serem as agremiações que mais investiram em candidaturas nos menores municípios. Por outro lado, os partidos que menos investiram nos municípios deste tamanho foram os partidos menores e o PT, uma vez que estes foram os únicos que apresentaram resíduos padronizados significativos negativos. Os demais partidos não colheram resíduos significativos na relação entre estas variáveis. Apesar disso, podemos destacar que, com exceção dos pequenos partidos e do PT, todos os partidos apresentaram resíduos positivos, ou seja, tenderam a lançar mais candidatos nos municípios de até 50 mil habitantes. No entanto, nenhum partido obteve resíduos significativos, positivos ou negativos, em relação ao número de prefeitos eleitos neste conjunto de municípios.

Nos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes, apenas os pequenos partidos apresentaram resíduos significativos positivos e, neste sentido, tenderam a apresentar mais candidatos que o estatisticamente esperado. Dentre aqueles que tiveram resíduos significativos negativos estão o PP, o PR e o PSD. Entretanto, somente o PSDB e o PDT elegeram mais prefeitos que o esperado nesta categoria de municípios. Nos municípios maiores, de 100.001 a 200.000 habitantes, os partidos pequenos e o PT foram os que obtiveram resíduos significativos positivos e, portanto, apresentaram mais candidaturas a prefeitos que o estatisticamente esperado. Em direção contrária, o PMDB, o PP e o PSD foram os partidos que tiveram resíduos significativos negativos e tenderam, assim, a apresentar menos candidatos que o esperado. Contudo, o PTB foi o único partido que obteve um número significativo positivo de prefeitos eleitos nos municípios desta categoria.

O cenário praticamente se repete nos municípios de 200.001 a 500.000 habitantes em que, por um lado, apenas os pequenos partidos e o PT apresentaram resíduos significativos positivos e, por outro lado, o PP, o PMDB, o PSD e o DEM obtiveram resíduos significativos negativos sobre o lançamento de candidaturas a prefeitos. Devemos destacar que o número de candidaturas lançadas pelos partidos pequenos é consideravelmente mais alto (significativo e positivo) que o dos demais partidos sobre os municípios desta magnitude. Entretanto, somente o PSDB tendeu a eleger mais prefeitos, com resíduos significativos positivos, e o PP com o pior desempenho, com resíduos significativos negativos neste grupo de municípios.

Dentre os municípios de 500.001 a 1.000.000 de habitantes que apresentaram resíduos significativos sobre o lançamento de candidaturas à prefeito, encontramos, no extremo positivo, os partidos menores e, no extremo negativo, o PMDB. Já em relação ao número de prefeitos eleitos, nenhum partido apresentou resíduos significativos neste conjunto de municípios.

Na categoria dos maiores municípios, os que possuem mais de 1.000.001 de habitantes, os pequenos partidos foram os únicos que tenderam a concentrar significativamente suas estratégias no lançamento de candidatos. Com resíduos também significativos, embora negativos, ficaram o PMDB e o PP. Quanto ao número de prefeitos eleitos, somente o PSDB apresentou resíduos significativos positivos nesta categoria.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Os municípios com mais de 1.000.001 de habitantes em que o PSDB elegeu prefeitos foram: Belém, Belo Horizonte, Manaus, Maceió, Porto Alegre e São Paulo.

Em linhas gerais, observamos que os pequenos partidos tenderam a concentrar suas estratégias eleitorais nos municípios de tamanhos médio e grande, sobretudo aqueles com população de 200.001 a 500.000 habitantes. Ademais, somente o PT apresentou resíduos padronizados significativos positivos nos municípios de 100.001 a 500.000 habitantes. É importante destacar que a maioria dos partidos tendeu a concentrar suas atenções no lançamento de candidaturas a prefeitos nos municípios de até 50 mil habitantes, uma vez que a maioria obteve o seu maior resíduo positivo, significativo ou não, nesta categoria de municípios. Este dado sugere que os partidos que tem maior inserção nacional tendem a concentrar sua estratégias eleitorais nos municípios menores.

Em relação ao número de prefeituras conquistadas, destacamos o desempenho do PSDB que obteve resíduos significativos positivos em três categorias de municípios, sobretudo nos de tamanhos médios e grandes – o que contraria a ideia de que é um partido grande porque seja atuante nos pequenos municípios.

Sobre os pequenos municípios (de até 50 mil habitantes) podemos apontar para uma competição mais equilibrada, uma vez que a maioria tende a concentrar suas atenções no lançamento de candidatos, embora nenhum deles tenha se destacado, positiva ou negativamente. Um cenário similar também ocorre nos municípios com população entre 500.001 a 1.000.000 de habitantes, em que nenhum partido apresentou número estatisticamente significativo de prefeitos eleitos.

Finalmente, os testes estatísticos apontaram para uma relação significativa entre as variáveis analisadas, porém com baixo grau de associação e causalidade – o que nos permite apenas atestar a direção significativa da ação dos partidos, mas não o efeito causal que a variável tamanho do município obteve sobre a candidatura e eleição para prefeitos. Certamente, outras variáveis que não estão relacionadas aqui devem explicar melhor o comportamento dos partidos.

TABELA 2 – Candidatos a Prefeito (CP)* e Prefeitos Eleitos (PE)** por tamanho do município (Rp)												
Partido	Até 50.000 hab.		De 50.001 a 100.000 hab.		De 100.001 a 200.000 hab.		De 200.001 a 500.000 hab.		De 500.001 a 1.000.000 hab.		Mais de 1.000.001 hab.	
	CP	PE	CP	PE	CP	PE	CP	PE	CP	PE	CP	PE
DEM	1,3	0,1	-1,6	-1,1	-0,1	1	<b>-2,5</b>	-0,3	-1,5	1	-1,3	0,3
PDT	0,6	-0,1	0,1	<b>2,1</b>	-1,3	-1,4	-1	-1,6	-0,9	-0,2	0	1,1
PMDB	<b>2,6</b>	0,3	-1,1	-0,2	<b>-3,4</b>	-0,9	<b>-4,1</b>	0	<b>-3</b>	0	<b>-2,5</b>	-1,2
PP	<b>2,9</b>	0,8	<b>-3,3</b>	-0,6	<b>-2,9</b>	-1,5	<b>-4,3</b>	<b>-2,2</b>	-1,2	0,1	<b>-2,2</b>	-1,2

PR	1,8	0,6	<b>-2,3</b>	-1	-1,8	-1,1	-1,9	-0,9	-1,6	0,8	-0,6	-0,9
PSB	0	-0,4	0	0,4	0,2	1,8	0,1	0	-0,7	-1,2	-0,4	1,7
PSD	<b>2,4</b>	0,5	<b>-2,6</b>	-0,7	<b>-2,8</b>	-0,2	<b>-2,9</b>	-1,4	-1,9	0	-1,4	-1,2
PSDB	0,6	-1,4	-0,1	<b>2,3</b>	-0,2	1,1	-1,5	<b>2,8</b>	-0,6	1,1	-1,3	<b>2,4</b>
PT	<b>-2</b>	0	1,3	0,4	<b>3,4</b>	-0,4	<b>2,5</b>	0,3	1,5	-1	1,1	-0,9
PTB	1,4	0,1	-0,8	-1,2	-1,8	<b>2,2</b>	-1,6	-0,7	-1,9	-1	-1,7	-0,9
Partidos menores	<b>-6,1</b>	-0,1	<b>5,1</b>	-0,9	<b>6</b>	-0,1	<b>9,2</b>	<b>2,1</b>	<b>6,3</b>	-0,1	<b>5,7</b>	0,4

(\*)  $\chi^2 = 477,850$ ; gl 50; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,077; Gama = 0,183; N = 16139;  $V^2 = 0,0059 = 0,59\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 80,775$ ; gl 50; Sig. 0,004; V de Cramer: 0,083; Gama = 0,062; N = 5541;  $V^2 = 0,0068 = 0,68\%$

Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos dados doTSE.

A seguir, a tabela 3 retrata a relação entre prefeitos eleitos sem o recurso das coligações nas diferentes regiões do país. O primeiro aspecto que merece ser observado é o total do número de casos de prefeitos eleitos sem o recurso das coligações: 104 no total (120 é o número mínimo de casos sugerido pelos estudos estatísticos). Isso compromete a análise dos testes aplicados, no sentido dos dados não corresponderem à realidade observada, seja sobre a significância, grau de associação ou causalidade entre as variáveis. De qualquer maneira, mantivemos a análise da relação entre prefeitos eleitos sem coligação apenas para verificar se o sentido e desempenho dos partidos se aproximam das demais análises realizadas neste trabalho. Assim sendo, na região Norte, somente o PT e os partidos menores tenderam a eleger prefeitos sem o recurso das coligações. Todos os demais partidos, embora não tenham apresentados números significativos, obtiveram números negativos de resíduos, demonstrando ao menos a direção de seus desempenhos nesta região.

Na região Nordeste, o PTB e o PSB foram os partidos que obtiveram resíduos positivos significativos e que, neste sentido, tenderam a eleger prefeitos sem o recurso das coligações nesta região. Embora não significativos, o PSDB, o PDT e os partidos menores obtiveram resíduos positivos e o PP, o PMDB, o PT, o PSD, o PR e o DEM apresentaram resíduos negativos. No Sudeste, somente os partidos menores obtiveram resíduos positivos significativos e revelaram a tendência de eleger prefeitos sem o recurso das coligações. E, mesmo não apresentando resíduos significativos, o DEM, o PSDB, o PR, o PSB e o PSD obtiveram números positivos, e o PP, o PDT, o PT e o PTB obtiveram números negativos de prefeitos eleitos sem o auxílio das coligações.

Na região Sul, o PP foi o único partido que apresentou resíduos significativos positivos e, no sentido oposto, os partidos menores apresentaram resíduos significativos negativos. Mesmo sob a ressalva do número de casos observados, já salientado acima, este dado ratifica a análise da tabela 1 que aponta para a força do PP de lançar candidatos e eleger prefeitos e a fraca atuação dos menores partidos na região Sul do

país. No Centro-Oeste, nenhum partido apresentou resíduos significativos. No entanto, dentre os que obtiveram resíduos positivos estão o PSD, o PSDB, o PDT e os partidos menores. No sentido contrário, entre os que obtiveram resíduos negativos estão o PP, o PMDB, o PSB, o PT, o PR, o PTB e o DEM. Em linhas gerais, destacamos o desempenho dos partidos menores que apresentaram resíduos significativos positivos nas regiões Norte e Sudeste, e resíduos significativos negativos na região Sul – ou seja, os partidos menores tendem a atuar mais sobre as regiões Norte e Sudeste e menos na região Sul.

TABELA 3 – Prefeitos eleitos sem coligação (PESC)* e Prefeitos eleitos por coligação (PEPC)** por região do país (Rp)										
Partido	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	PESC	PEPC	PESC	PEPC	PESC	PEPC	PESC	PEPC	PESC	PEPC
DEM	-0,2	0,2	-0,4	-0,5	1,5	<b>3</b>	-0,7	<b>-3</b>	-0,3	-0,3
PDT	-0,5	-1,7	0,1	<b>2,2</b>	-1,3	<b>-4,3</b>	0,7	<b>4,6</b>	0,8	-1,8
PMDB	-1	<b>3,3</b>	-0,8	<b>-3,8</b>	-0,3	-1,5	1,1	<b>5,3</b>	-0,6	-1,3
PP	-0,9	<b>-2,2</b>	-1,1	-1,1	-1,9	<b>-4,5</b>	<b>2,5</b>	<b>9,4</b>	-1,2	-1,7
PR	-0,3	<b>2,4</b>	-0,5	-0,2	0,7	1,1	-0,1	<b>-4,4</b>	-0,4	<b>2,8</b>
PSB	-0,4	<b>-2,5</b>	<b>2,1</b>	<b>6,6</b>	0	<b>-2</b>	-0,8	<b>-3,8</b>	-0,5	-0,9
PSD	-0,3	-0,1	-0,6	<b>5,1</b>	0,3	<b>-3,1</b>	-0,5	<b>-2,1</b>	1,8	-0,8
PSDB	-0,4	-1,4	0,5	<b>-6,9</b>	0,7	<b>4,9</b>	-1	<b>-2,7</b>	1,1	<b>9,9</b>
PT	<b>2,2</b>	-0,8	-0,7	<b>3,5</b>	-1	<b>-3</b>	0,6	1,9	-0,5	<b>-3,3</b>
PTB	-0,3	<b>-2,4</b>	<b>3,5</b>	-0,6	-0,7	<b>4,2</b>	-1	-1,7	-0,4	-1,6
Partidos menores	<b>2,1</b>	<b>2,6</b>	0,5	0,5	<b>2,4</b>	<b>3,8</b>	<b>-2,8</b>	<b>-4,7</b>	1	<b>-3,4</b>

(\*)  $\chi^2 = 77,375$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,431; N = 104;  $V^2 = 0,1857 = 18,57\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 686,452$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,178; N = 5437;  $V^2 = 0,0316 = 3,16\%$

Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos dados do TSE.

Quando observarmos as colunas relativas ao número de prefeitos eleitos por coligações (PEPC) nas diversas regiões do país, encontramos 5.437 casos válidos, o que nos dá margem para confiar nos resultados dos testes estatísticos aplicados. Neste sentido, verificamos que os partidos coligados que apresentaram resíduos significativos positivos e que, portanto, tenderam a eleger mais prefeitos que o esperado na região Norte foram o PMDB, o PR e os partidos menores. Dentre os que tiveram resíduos significativos negativos e que, conseqüentemente, elegeram menos prefeitos que o esperado estão o PSB, o PTB e o PP.

No Nordeste, o PSB, o PSD, o PT e o PDT foram os partidos que obtiveram resíduos significativos positivos e o PSDB e o PMDB foram os partidos que, mesmo coligados, tenderam a eleger menos prefeitos que o esperado. Na região Sudeste, chamou atenção o número de casos estatisticamente significativos. Com exceção do PMDB, todos os demais partidos apresentaram resíduos significativos, positivos ou negativos. Dentre os positivos, ou seja, aqueles que tenderam a eleger mais prefeitos do

que o esperado, estão o PSDB, o PTB, os menores partidos e o DEM. Por outro lado, dentre os que obtiveram resíduos negativos e que tenderam a eleger menos prefeitos que o esperado estão o PP, o PDT, o PSD e o PT.

Na região Sul, o PP, o PMDB e o PDT foram os partidos que, quando coligados, conseguiram eleger mais candidatos que o esperado. No sentido oposto, os partidos menores, o PR, o PSB, o DEM, o PSDB e o PSD apresentaram resíduos significativos negativos e, portanto, tenderam a eleger menos prefeitos que o estatisticamente esperado. Nesta região, apenas o PT e o PTB não apresentaram resíduos significativos. Não podemos deixar de ressaltar que, mais uma vez, este conjunto de dados aponta para a fraca atuação dos partidos menores na região Sul do país.

No Centro-Oeste brasileiro apenas dois dos maiores partidos, quando coligados, tenderam a eleger mais prefeitos que o esperado: o PSDB e o PR. Destacamos aqui o elevado resíduo significativo positivo do PSDB e sua diferença em relação ao PR. Os partidos que apresentaram resíduos negativos foram o PT e os partidos menores.

A análise horizontal da tabela 3 nos permite verificar que: o DEM, quando coligado, tendeu a eleger mais prefeitos apenas na região Sudeste e obteve um desempenho negativo significativo na região Sul; ao recorrer às coligações, o PDT colheu resultados positivos significativos nas regiões Sul e Nordeste e, por outro lado, resultados negativos significativos na região Sudeste; o PMDB demonstrou ter forte presença e eleger prefeitos nas regiões Sul e Norte, mas obteve desempenho negativo significativo no Nordeste; o PP esteve entre as grandes forças eleitorais do Sul do país. Naquela região, este foi o partido que mais se beneficiou pelo recurso da coligação na eleição para prefeitos.

No restante do país, o PP só colheu resultados significativos, porém negativos, nas regiões Sudeste e Norte; o PR tendeu a eleger mais prefeitos nas regiões Centro-Oeste e Norte, com desempenho negativo significativo na região Sul; o PSB apenas obteve resultado positivo significativo na região Nordeste e resultados negativos significativos nas regiões Sul, Norte e Sudeste; o PSD também obteve resultado positivo significativo apenas no Nordeste e um desempenho negativo significativo no Sudeste e no Sul; o PSDB demonstrou que, quando coligado, obteve forte atuação na eleição de prefeitos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, mas desempenho significativo negativo nas regiões Nordeste e Sul; o PT obteve resultado positivo significativo apenas no Nordeste e, por outro lado, um desempenho negativo significativo nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Atenta-se aqui para o fato de que as regiões onde o PT teve um fraco desempenho foram justamente aquelas em que o PSDB demonstrou ter obtido os melhores resultados; o PTB tendeu a ter melhor desempenho na região Sudeste, onde obteve resíduos positivos significativos e desempenho negativo na região Norte; e os partidos menores, quando coligados, demonstraram ter melhores condições para eleger prefeitos nas regiões Sudeste e Norte e, no sentido contrário, apresentaram desempenho negativo significativo nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Apesar da alta significância entre as variáveis, o  $V$  de Cramer foi de 0,178, considerado um baixo grau de associação e o teste  $V^2$  apontou para 3,16% de causalidade entre o estar coligado e eleger prefeitos nas diferentes regiões do país.

Outras variáveis testadas foram os números de prefeitos eleitos sem coligação (PESC) e de prefeitos eleitos por coligação (PEPC) nos municípios de distintas dimensões. Entretanto, assim como na tabela 3, o número de casos de prefeitos eleitos sem coligação é considerado insuficiente para que confiemos em totalidade nos testes estatísticos. De qualquer maneira, as análises realizadas aqui servem apenas para especular o direcionamento dos desempenhos dos partidos e verificar se os dados se aproximam das tendências gerais reveladas pelas demais tabelas e testes efetuados neste trabalho.

O primeiro dado que podemos visualizar na tabela 4 é que não houve prefeitos eleitos sem coligação nos municípios com população acima de 100.001 habitantes. Isso significa que a estratégia de não coligar-se a outras legendas surtiu efeito positivo apenas nos municípios de tamanho pequeno e médio. Todavia, o único partido que, quando não coligado, alcançou resíduos significativos positivos foi o PSDB nos municípios com população entre 50.001 e 100.000 habitantes. Em outras palavras, quando não coligado, apenas o PSDB obteve desempenho significativo positivo, elegendo mais prefeitos que o esperado nos municípios desta magnitude.

Ao analisarmos o desempenho dos partidos quando coligados a outras legendas, não encontramos resíduos significativos nos municípios de até 50 mil habitantes, embora seja possível identificar a direção do desempenho de cada partido nesta categoria de municípios. Quando coligados, o PDT e o PSDB foram os partidos que registraram desempenho significativo positivo nos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes. Nos municípios de 100.001 a 200.000 habitantes, somente o PTB obteve resíduos significativos positivos.

Nos municípios médios, de 200.001 a 500.000 habitantes, o PSDB e os partidos menores apresentaram resíduos positivos significativos e, portanto, tenderam a eleger, mais prefeitos que o estatisticamente esperado. Por outro lado, no sentido negativo, quando coligado a outras legendas, apenas o PP tendeu a eleger menos prefeitos que o esperado. Não encontramos resíduos significativos, positivos ou negativos, nos municípios com população de 500.001 a 1.000.000 de habitantes. Ainda assim, podemos verificar que o maior resíduo positivo foi o do PSDB. Nos municípios com mais de 1.000.000 de habitantes, novamente, somente o PSDB obteve resíduos significativos positivos. Ou seja, foi o único partido que, quando coligado a outros partidos, tendeu a eleger mais prefeitos que o esperado nos municípios desta magnitude populacional. Finalmente, os testes demonstraram que relação entre estas variáveis, apesar de significativa, demonstrou graus de associação muito baixos e causalidade de apenas 0,29%.

Partido	Até 50.000 hab.		De 50.001 a 100.000 hab.		De 100.001 a 200.000 hab.		De 200.001 a 500.000 hab.		De 500.001 a 1.000.000 hab.		Mais de 1.000.001 hab.	
	PESC	PEPC	PESC	PEPC	PESC	PEPC	PESC	PEPC	PESC	PEPC	PESC	PEPC
DEM	0	0,1	-0,1	-1,1	-0,1	1	—	-0,3	—	0,9	—	0,2
PDT	0,1	-0,1	-0,3	<b>2,1</b>	-0,4	-1,3	—	-1,5	—	-0,2	—	1,1
PMDB	0	0,3	-0,5	-0,1	0,6	-0,9	—	0	—	0	—	-1,2
PP	0,1	0,7	-0,5	-0,5	-0,7	-1,4	—	<b>-2,2</b>	—	0,1	—	-1,2
PR	0	0,6	-0,1	-1	-0,2	-1,1	—	-1	—	0,8	—	-0,9
PSB	0,1	-0,4	-0,2	0,3	-0,3	1,8	—	0	—	-1,3	—	1,7
PSD	0,1	0,5	-0,2	-0,7	-0,2	-0,2	—	-1,4	—	0	—	-1,3
PSDB	-0,4	-1,3	<b>4,3</b>	<b>2</b>	-0,3	1,1	—	<b>2,7</b>	—	1,1	—	<b>2,4</b>
PT	0,1	0	-0,2	0,4	-0,3	-0,4	—	0,3	—	-1	—	-0,9
PTB	0	0,1	-0,1	-1,3	-0,2	<b>2,2</b>	—	-0,7	—	-1	—	-0,9
Partidos menores	-0,1	-0,1	-0,5	-0,8	0,7	-0,2	—	<b>2,1</b>	—	-0,1	—	0,4

(\*)  $\chi^2 = 21,932$ ; gl 20; Sig. 0,344; V de Cramer: 0,325; Gama = 0,472; N = 104;  $V^2 = 0,1056 = 10,56\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 78,935$ ; gl 50; Sig. 0,006; V de Cramer: 0,054; Gama = 0,058; N = 5437;  $V^2 = 0,0029 = 0,29\%$

Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos dados do TSE.

## **2.2. A disputa pelo poder legislativo municipal**

A tabela 5 retrata a relação às candidaturas e vereadores eleitos por partido nas regiões do país. Nela podemos observar que, na região Norte, os pequenos partidos, o PR e o PT foram os partidos que lançaram mais candidatos e elegeram mais vereadores que o estatisticamente esperado. Estes foram os únicos partidos cujos resíduos padronizados registraram números significativos positivos. Todos os demais partidos obtiveram resíduos negativos, ou seja, tenderam a apresentar menos candidatos e eleger menos vereadores na região Norte. Merece destaque o fato de 7 dos maiores

partidos terem apresentado números significativos negativos em relação ao número de candidaturas e 6 deles terem eleito menos vereadores que o esperado na região Norte. Essa distribuição indica que, no geral, os maiores partidos, exceto o PR e o PT tiveram desempenho abaixo do esperado na região.

No Nordeste, semelhante ao caso da região Norte, percebemos que os partidos que lançaram mais candidatos a vereador que o esperado foram os partidos menores, o PSD e o PSB. Os demais partidos, exceto o PT, apresentaram números significativos negativos em relação ao lançamento de candidaturas e 5 deles (PSDB, PMDB, PTB, PP e DEM) elegeram menos vereadores que o esperado. Em específico, destacamos o desempenho do PSDB e do PMDB que apresentaram números negativos significativos elevados de vereadores eleitos no Nordeste. As eleições para vereadores no Nordeste, assim como no Norte, apontam para uma forte atuação dos pequenos partidos e de apenas dois dos maiores, o PSD e o PSB – os mesmos partidos que obtiveram resíduos positivos significativos na disputa para prefeitos na região.

Na região Sudeste, os partidos menores, o PTB, o DEM, o PSDB e o PR foram os que lançaram mais candidatos e também os que elegeram mais vereadores que o esperado, sendo o PSDB o partido que obteve o melhor desempenho na região. É possível perceber que todos os partidos apresentaram números significativos, positivos ou negativos – o que nos sugere que a região Sudeste é importante na definição das estratégias eleitorais dos partidos. O PP, o PMDB, o PDT, o PSD, o PT e o PSB lançaram menos candidatos e elegeram menos vereadores que o esperado na região Sudeste.

A região Sul é marcada pela forte presença do PP, do PMDB, do PDT e do PT – partidos que apresentaram elevados índices positivos significativos tanto em número de candidatos a vereador como de vereadores eleitos. Esta é a região em que, por um lado, a maioria dos grandes partidos lançou mais candidatos que o esperado, mas que, por outro lado, os partidos menores possuem pouca atuação, seja para lançar candidatos ou eleger vereadores. Excetuando-se o DEM e o PR que apresentaram números negativos significativos, os maiores partidos tenderam a lançar mais candidatos que o esperado. Em contrapartida, apenas os quatro maiores partidos da região (PP, PMDB, PDT e PT) foram os que elegeram mais vereadores que o esperado na região. Dentre os maiores partidos, o PSDB e o PTB foram os únicos que não apresentaram números significativos, ou seja, verifica-se uma independência estatística entre as variáveis partido e região nestes casos. Os demais partidos (PR, DEM, PSB e PSD) apontaram resíduos

significativos negativos, ou seja, elegeram menos vereadores que o esperado na região Sul.

No Centro-Oeste, destacamos a forte presença do PSDB, do PR e do DEM, uma vez que estes partidos tenderam a lançar mais candidatos e eleger mais vereadores que o esperado. Com resíduos negativos significativos, o PT, o PP e o PTB tenderam a lançar menos candidatos e eleger menos vereadores que o esperado na região. Também merece destaque a participação dos partidos menores no Centro-Oeste, uma vez que estes apresentaram indicadores negativos significativos tanto sobre o lançamento de candidatos quanto sobre o número de vereadores eleitos.

Ao analisarmos os casos de alguns dos maiores partidos, notamos que: o PMDB, partido que obteve o maior número de vereadores eleitos em 2016, teve o desempenho acima do esperado, e significativo, apenas na região Sul; o PSDB demonstrou força nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, mas com desempenho abaixo do esperado nas regiões Norte e Nordeste. Na região Sul, os tucanos não apresentaram resultados estatisticamente significativos, positivo ou negativo; o PT, partido que mais perdeu cadeiras nas Câmaras de Vereadores de 2012 para 2016, demonstrou ter forças para eleger vereadores nas regiões Sul e Norte, e apresentou resíduos negativos significativos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Na região Nordeste, observamos uma relação de independência entre as variáveis. Ou seja, o PT não colheu resultados significativos, positivos ou negativos, na região Nordeste; o PP merece destaque pela sua fortíssima atuação sobre a região Sul do país; e o conjunto dos partidos menores apresentou resultados positivos e significativos nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, e resultados negativos significativos nas regiões Sul e Centro-Oeste. Em destaque, este conjunto? apresentou um elevadíssimo número de resíduos negativos significativos, o que sugere a baixa inserção dos partidos menores na região Sul.

Os testes de qui-quadrado apontaram para a significância entre as distribuições das variáveis, embora o grau de associação entre elas seja considerado baixo, atestado pelo V de Cramer. O teste  $V^2$  apontou 2,16% de causalidade entre as variáveis vereadores eleitos e região e do país, o que significa que a região do país representou apenas 2,16% das razões para a eleição dos vereadores de cada partido no país.

Partido	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	CV	VE	CV	VE	CV	VE	CV	VE	CV	VE
DEM	-4	-1,7	-8,1	-4,4	12,5	10,4	-10,6	-7,6	5,9	2,5

PDT	-4,7	-2,6	-2,9	1,4	-16,8	-9,6	33,5	12,3	1,6	-1,1
PMDB	-1,5	-2,2	-14,8	-11,2	-20,1	-6,7	51,5	24,2	2	-0,3
PP	-13,4	-8,5	-6,3	-6,3	-24,1	-11,5	61,7	30,5	-5,6	-4,4
PR	8,2	4,4	-6	-1,4	2,2	3,5	-9,2	-8,4	9,8	4,9
PSB	-3,1	-3,2	11,6	11,3	-10,6	-4,3	2,3	-7	3	-0,1
PSD	-1,8	-0,4	16,9	11,4	-15,8	-9	4,3	-3,8	0,7	0,9
PSDB	-6,4	-3,1	-24,6	-13,5	10,5	10,8	7	-1,6	18,5	12
PT	2,1	2,2	0,8	0,5	-11,2	-6,2	24,4	10,3	-12,6	-7,5
PTB	-12,2	-2,5	-17	-6,5	15,5	8	9	1,4	-3,2	-2
Partidos menores	13,3	9,8	19,2	11,8	22,7	9,2	-66,6	-30,6	-8	-3,4

(\*)  $\chi^2 = 19209,222$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,104; N = 445804;  $V^2 = 0,0108 = 1,08\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 5006,329$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,147; N = 57843;  $V^2 = 0,0201 = 2,01\%$

Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos dados do TSE.

O primeiro olhar sobre a tabela 6, que trata da relação entre candidatos e vereadores eleitos nos diferentes tamanhos de municípios, revela a tendência de todos os grandes partidos lançarem mais candidatos a vereador nos municípios de até 50 mil habitantes, uma vez que em todos os casos verificamos números positivos elevados e significativos de resíduos padronizados. Ou seja, os grandes partidos tenderam a lançar mais candidatos que o estatisticamente esperado nos municípios desta dimensão. Em sentido oposto atuaram os pequenos partidos, que tenderam a lançar mais candidaturas a vereador nos municípios com mais de 50 mil habitantes.

Com exceção dos municípios de até 50 mil habitantes, o cenário que verificamos é de que em todas as categorias de municípios os grandes partidos apresentaram números negativos elevados e significativos enquanto o número de resíduos padronizados dos partidos pequenos é consideravelmente positivo e significativo. Estes dados corroboram com a ideia de que os maiores partidos direcionam maiores atenções ao lançamento de candidaturas nos municípios pequenos, enquanto os menores partidos tendem a atuar com maior intensidade nos municípios de médio e grande porte.

Nos municípios com até 50 mil habitantes apenas o PMDB, o PP e o PSD obtiveram resíduos positivos significativos, elegendo mais vereadores do que o esperado. Sobre esta categoria, nenhum dos demais partidos apresentou número de resíduo negativo, reafirmando a tendência de maior atuação, significativa ou não, dos maiores partidos nos municípios de pequeno porte.

Nos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes, o PDT foi o único partido que apresentou um número de resíduo positivo significativo e que, portanto, elegeu mais vereadores que o esperado. O PP, o PMDB, o DEM e o PTB foram os partidos que apresentaram resíduos negativos significativos e que, neste sentido, tenderam a eleger menos vereadores que o esperado neste grupo de municípios.

Nos municípios com população acima de 100.001 habitantes não verificamos partidos que tenham obtido resíduos significativos positivos, ou ainda, que tenham tido um desempenho acima do esperado nas eleições para prefeito no conjunto de municípios desta dimensão. Pelo contrário, encontramos apenas casos de partidos que apresentaram números negativos significativos e que, na prática, tiveram menos vereadores eleitos do que o estatisticamente esperado.

Ao analisarmos o desempenho dos partidos, atenção especial deve ser dada ao desempenho do PMDB e do PP, pois estes apresentaram números de resíduos significativos em todas as categorias de município. Mais que isso, também tiveram a mesma direção: positiva nos municípios com até 50 mil habitantes; e negativa nos municípios com população acima de 50.001 habitantes.

Os testes estatísticos revelaram que embora exista significância entre as variáveis analisadas, o grau de associação entre elas é considerado baixo e o efeito causal do tamanho do município sobre a candidatura de vereadores é de 0,81% e sobre a eleição de vereadores é de 0,29%. Portanto, podemos identificar a direção da atuação e desempenho dos partidos nas diferentes dimensões de municípios, mas não podemos afirmar que esta é uma variável com forte capacidade preditiva sobre a candidatura e eleição de vereadores por partido.

TABELA 6 – Candidatos a Vereador (CV) e Vereadores Eleitos (VE) por tamanho do município (Rp)												
Partido	Até 50.000 hab.		De 50.001 a 100.000 hab.		De 100.001 a 200.000 hab.		De 200.001 a 500.000 hab.		De 500.001 a 1.000.000 hab.		Mais de 1.000.001 hab.	
	CV	PE	CV	PE	CV	PE	CV	PE	CV	PE	CV	PE
DEM	11,1	1,5	-6,9	-3,6	-5,8	0,5	-6,7	-1,3	-9,2	-2,2	-8,7	0,1
PDT	11,2	0,6	-3	2,1	-6,2	-2,6	-10,4	-2,4	-7,3	-0,6	-12,2	-1,3
PMDB	29,2	4	-14	-4,4	-19	-4,6	-23,7	-4,2	-16,7	-3,6	-22,3	-3,7
PP	20	4	-11,8	-4,6	-11	-3,3	-16,6	-6,6	-12,1	-2,2	-13,4	-3,6
PR	10,5	1,1	-2,8	-0,5	-7,1	-2	-9,4	-1,3	-5,9	-1,2	-10,2	-1,1
PSB	9,4	0,5	-3,3	-2,1	-7	0,2	-5,4	1,1	-7,1	-1	-9,8	0,4
PSD	18,6	2,3	-8,8	-1,5	-15,2	-2,7	-14,1	-2,9	-10,9	-3,2	-10,7	-2,8
PSDB	18,4	0,9	-9,7	-1,5	-12,3	-1,4	-13,2	-0,4	-10	1,4	-15,1	-1,2
PT	9	0,7	-4	-1,6	-5,5	-2,2	-6,8	-0,1	-5,1	1,2	-8,8	1,4
PTB	9,5	1,1	-6,6	-2,5	-4	0,2	-8,1	-0,1	-5,3	-1,4	-6,4	-2,3
Partidos menores	-54,6	-8,9	26,3	10,6	34,8	9,7	42,5	10	33,1	6,9	43,5	7,9

(\*)  $\chi^2 = 18028,886$ ; gl 50; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,09; Gama = 0,236; N = 445804;  $V^2 = 0,0081 = 0,81\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 838,62$ ; gl 50; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,054; Gama = 0,158; N = 57843;  $V^2 = 0,0029 = 0,29\%$

Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos dados do TSE.

Na tabela 7 relacionamos os vereadores eleitos sem coligação (VESC) e os vereadores eleitos por coligações (VEPC) em cada região do país. Nas duas situações, o número de casos é suficiente para aplicarmos os testes estatísticos. Desta maneira,

verificamos que, na região Norte, somente PR demonstrou força suficiente para eleger vereadores, estando ou não coligado a outros partidos, uma vez que este foi o único que apresentou resíduos positivos significativos nestas duas situações. Sem o recurso das coligações, o PP, o PTB e o PMDB foram os partidos que tiveram resíduos negativos significativos e que tenderam a eleger menos vereadores que o esperado. Todavia, quando coligados, os partidos menores, o PR – como já dito anteriormente – e o PT foram aqueles que apresentaram resíduos positivos significativos e elegeram mais vereadores que o esperado na região. Dentre os que, mesmo coligados, tiveram desempenho abaixo do esperado estão o PP, o PSB, o PSDB e o PDT.

No Nordeste, apenas os partidos menores demonstraram eleger vereador, de maneira significativa, sem recorrer às coligações. Também quando não coligados, o PMDB, o PP, o PSDB e o PTB tenderam a eleger menos vereadores que o esperado na região Nordeste. Esta disposição pouco se alterou mesmo quando os partidos aderiram às coligações: os partidos menores mantiveram-se como os únicos que apresentaram resíduos positivos significativos, e o PSDB, o PMDB, o PTB, o DEM e o PP apresentaram resíduos negativos significativos. Salienta-se aqui as intensidades dos resíduos positivos significativos obtidos pelos partidos menores quando coligados a outros partidos e dos resíduos negativos significativos obtidos pelo PSDB na eleição de vereadores no Nordeste – o que nos sugere a significativa força dos partidos menores e o baixo desempenho do PSDB nesta região.

No Sudeste, os partidos menores, o PSDB e o DEM tenderam a eleger mais vereadores que o esperado, mesmo não se coligando a outros partidos. Sob esta mesma condição, o PP, o PMDB, o PDT e o PT obtiveram resíduos negativos significativos e elegeram menos vereadores que o esperado. Poucas mudanças ocorrem quando os partidos estiveram coligados: o DEM, o PSDB, o PTB, os partidos menores e o PR alcançaram resíduos positivos significativos e tenderam a eleger mais vereadores que o esperado; e o PP, o PDT, o PSD, o PMDB, o PT e o PSB tenderam a um desempenho negativo na eleição para vereadores, mesmo quando coligados, nesta região. Ainda, devemos atentar ao fato de que em todos os casos em que os partidos coligaram a outras legendas encontramos resíduos significativos, positivos ou negativos, na região Sudeste.

A região Sul apresentou um cenário peculiar, já observado nas tabelas anteriores: o PP, o PMDB, o PDT e o PT foram os partidos que, estando ou não coligados a outras legendas, alcançaram resíduos positivos significativos, demonstrando força para eleger

vereadores na região. Em direção oposta e significativa, os menores partidos, além do DEM, do PSDB, do PR e do PSB elegeram menos vereadores quando não coligados a outras legendas. Apresentando resíduos negativos significativos, os partidos menores, o PR, o PSB, o DEM e o PSD elegeram menos vereadores que o esperado mesmo quando recorreram às coligações com outras legendas.

No Centro-Oeste, apenas o PSB alcançou resíduos positivos significativos e, no sentido contrário, o PP apresentou resíduos negativos significativos quando não coligados a outras legendas. Entretanto, quando coligados, o PSDB, o PR e o DEM tenderam a eleger mais vereadores que o esperado, diferentemente do PT, do PP e dos partidos menores que apresentaram resíduos negativos significativos e, portanto, elegeram menos vereadores que o estatisticamente esperado.

Ao analisarmos a tabela 7 no sentido horizontal, percebemos que:

- o DEM dispôs de mais força para eleger vereadores sem recorrer a coligações apenas na região Sudeste e obteve um desempenho negativo na região Sul. E, quando recorreu às coligações, seu desempenho foi positivo nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, porém, negativo nas regiões Sul e Nordeste;
- o PDT tendeu a eleger vereadores sem recorrer às coligações apenas na região Sul, com baixo desempenho na região Sudeste. Quando coligado, o PDT manteve o saldo positivo no Sul, mas teve desempenho abaixo do esperado nas regiões Norte e Sudeste;
- o PMDB, quando não coligado, só elegeu vereadores acima do esperado na região Sul, com desempenho negativo nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte. Situação semelhante ocorreu quando este partido recorreu às coligações, já que tendeu a eleger mais vereadores que o esperado apenas na região Sul e manteve o desempenho abaixo do esperado nas regiões Sudeste e Nordeste;
- o PP é um caso curioso, pois foi o único partido que apresentou resíduos significativos (positivos ou negativos), nas duas condições (coligado ou não coligado) e em todas as regiões do país. Mas, como já observado anteriormente, sua maior força está na região Sul, a única em que o partido apresentou não apenas resíduos positivos, mas, sobretudo, os mais elevados resíduos positivos significativos observados neste estudo. Nas demais regiões, o PP obteve desempenho significativamente abaixo do esperado;
- o PR, quando não coligado a outras legendas, tendeu a eleger mais vereadores apenas na região Norte e obteve um desempenho negativo significativo na região Sul. Contudo, quando recorreu às coligações, o PR alcançou resultados positivos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Norte e, de maneira contrária, resultado negativo significativo apenas na região Sul;
- o PSB tendeu a eleger vereadores sem coligar-se a outras legendas apenas na região Centro-Oeste, com desempenho negativo significativo na região Sul. Este quadro agravou-se quando o PSB coligou-se a outros

partidos, uma vez que só colheu resultados negativos significativos nas regiões Sul, Sudeste e Norte;

- o PSD apenas registrou desempenhos significativos, apesar de negativos, quando coligado a outros partidos nas regiões Sudeste e Sul. Ou seja, tendeu, significativamente, a eleger menos vereadores que o esperado nessas duas regiões;
- o PSDB eleger vereadores sem recorrer às coligações somente na região Sudeste e obteve desempenho negativo nas regiões Sul e Nordeste. Quando se coligou a outras legendas, o PSDB demonstrou desempenho positivo no Sudeste e no Centro-Oeste, mas eleger menos vereadores que o esperado nas regiões Nordeste e Norte;
- o PT eleger vereadores sem o apoio das coligações somente na região Sul e com desempenho abaixo do esperado na região Sudeste. Todavia, quando coligado a outros partidos, o PT obteve resultados positivos nas regiões Sul e Norte, e negativo no Centro-Oeste e Sudeste (regiões marcadas pelo desempenho positivo do PSDB);
- o PTB, quando não coligado, colheu apenas resultados negativos significativos nas regiões Norte e Nordeste; mas, ao recorrer às coligações, obteve resultados positivos significativos na região Sudeste e manteve o desempenho negativo na região Nordeste; e
- os partidos menores, quando não coligados a outras legendas, demonstraram resultados positivos significativos nas regiões Sudeste e Nordeste e negativos significativos elevados na região Sul. O cenário se altera um pouco quando os partidos menores se coligam a outros partidos. Nesta situação, o seu desempenho é significativamente positivo nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste e significativamente negativo nas regiões Centro-Oeste e Sul. Em específico, o desempenho dos partidos menores na região Sul registrou o maior resíduo negativo significativo neste estudo, o que revela a dificuldade destes em eleger vereadores na região, independentemente de recorrerem às coligações.

Embora os testes apontem para significância entre as variáveis analisadas, observamos que o grau de associação entre as mesmas é considerado baixo e o efeito causal entre não estar coligado e a eleição de vereadores nas diferentes regiões é de 5,24%, e entre estar coligado e eleger vereadores nas regiões é de 1,93%. Provavelmente, o efeito causal de eleger vereadores sem estar coligado apresentou maiores chances ocorrência por conta da elevada força registrada por determinados partidos em regiões específicas, como são os casos do PP, PMDB e PDT na região Sul e dos partidos menores nas regiões Sudeste e Nordeste.

TABELA 7 – Vereadores eleitos por coligação (VEPC)* sem coligação (VESC)** por região do país (Rp)										
Partido	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	VEPC	VESC	VEPC	VESC	VEPC	VESC	VEPC	VESC	VEPC	VESC
DEM	-1,9	0,2	-5	1,9	10	3,3	-5,8	-6	2,1	2
PDT	-2,8	0,2	1,6	-1,2	-8,8	-3,6	11,4	4,7	-1,2	0,5
PMDB	-1,3	-2,2	-9,2	-4,7	-6,2	-4,7	21,2	8,7	-0,4	2
PP	-7,6	-4,1	-5,5	-3,3	-9,7	-7,3	26,8	14,2	-3,4	-4,3

PR	<b>2,9</b>	<b>6,9</b>	-1,4	-1,4	<b>3,2</b>	1,9	<b>-7,4</b>	<b>-3,8</b>	<b>5,2</b>	-1,4
PSB	<b>-3,6</b>	1,2	10,5	3,5	<b>-3,7</b>	-1,5	<b>-6,4</b>	<b>-2,3</b>	-0,9	<b>3,2</b>
PSD	-1	1,9	10,4	1,2	<b>-8,6</b>	-0,6	<b>-3,2</b>	-0,8	0,7	-0,4
PSDB	<b>-3,2</b>	0	<b>-13</b>	<b>-2,7</b>	<b>9,6</b>	<b>4,6</b>	-0,3	<b>-4</b>	<b>12,2</b>	0,9
PT	<b>2,4</b>	-0,4	0,4	1,8	<b>-6</b>	<b>-2,2</b>	<b>10</b>	<b>2,3</b>	<b>-7,2</b>	-1,7
PTB	-1,9	<b>-2,9</b>	<b>-6,5</b>	<b>-2,1</b>	<b>8,2</b>	1,4	1,1	1,6	-1,8	-1,4
Partidos menores	<b>9,6</b>	1,5	<b>10,4</b>	<b>6,3</b>	<b>7,8</b>	<b>6,8</b>	<b>-27,7</b>	<b>-12,7</b>	<b>-3,6</b>	-0,2

(\*)  $\chi^2 = 4120,947$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,139; N = 53284;  $V^2 = 0,0193 = 1,93\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 956,689$ ; gl 40; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,229; N = 4559;  $V^2 = 0,0524 = 5,24\%$

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

A tabela 8 relaciona os vereadores eleitos sem e com o recurso das coligações nas diferentes categorias de municípios. O número de vereadores eleitos sem coligação foi de 4559 e o de vereadores eleitos por coligações foi de 53.284. O primeiro aspecto que observarmos foi uma tendência de casos significativos positivos dentre alguns dos partidos maiores nos municípios de até 500.000 habitantes. Este é o caso do PMDB e do PP nos municípios de até 50.000 habitantes; do PR nos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes; do PSB nos municípios de 100.001 a 200.000 habitantes; e do PSDB nos municípios de 200.001 a 500.000 habitantes. Isso quer dizer que estes partidos tiveram desempenho positivo nas respectivas categorias de municípios, elegendo mais vereadores que o esperado, sem recorrerem às coligações.

Em direção contrária, notamos que os resíduos negativos significativos estiveram presentes nos municípios acima de 100.001 habitantes até os com mais de 1.000.000 de habitantes. Assim, estão entre aqueles com desempenho negativo, tendendo a eleger menos vereadores que o esperado, sem o auxílio das coligações, o PSB nos municípios de 100.001 a 200.000 habitantes; o PP, o PMDB e o PT nos município de 200.001 a 500.000 habitantes; o PMDB, o DEM, o PP e o PSB nos municípios de 500.001 a 1.000.000 habitantes; e o PMDB, o PDT, o PP, o PSDB e o PR nos município com mais de 1.000.001 habitantes.

Os partidos menores, quando não coligados a outras legendas, tenderam a concentrar resíduos positivos significativos em todas as categorias de municípios com mais de 100.001 habitantes, e resíduos negativos apenas nos municípios com até 50.000 habitantes. Em outra circunstância, quando coligados, o quadro dos partidos menores é equivalente, pois tenderam a eleger mais vereadores nas categorias de municípios com população acima de 50.001 habitantes e tiveram desempenho negativo na menor categoria de municípios, a de até 50.000 habitantes.

Merece destaque os casos do PMDB e do PP. Isso porque estes se assemelham por terem tido desempenhos positivos significativos nos municípios de até 50.000 habitantes e resíduos negativos significativos em todas as categorias de municípios com população acima de 200.001 habitantes. Além disso, estes também foram os únicos partidos que, quando coligados, apresentaram resíduos positivos significativos, justamente na categoria de município de até 50.000 habitantes. Estes dados nos permitem caracterizar o PMDB e o PP como grandes partidos que tendem a ter maior atuação e número de vereadores eleitos nos municípios menos populosos.

Os testes confirmam a significância entre as variáveis, porém, indicaram uma fraca associação e causalidade entre elas. Ou seja, apesar de significativo, estar coligado a outros partidos tende a ser responsável por 0,26% da eleição de vereadores nas diferentes tamanhos de municípios.

TABELA 8 – Vereadores Eleitos Por Coligação (VEPC) e Vereadores Eleitos Sem Coligação (VESC) por tamanho do município (Rp)												
Partido	Até 50.000 hab.		De 50.001 a 100.000 hab.		De 100.001 a 200.000 hab.		De 200.001 a 500.000 hab.		De 500.001 a 1.000.000 hab.		Mais de 1.000.001 hab.	
	VEPC	VESC	VEPC	VESC	VEPC	VESC	VEPC	VESC	VEPC	VESC	VEPC	VESC
DEM	1,3	0,3	<b>-3,5</b>	-1,2	0,2	1,2	-1,7	0,6	-0,7	<b>-2,7</b>	0,2	0,3
PDT	0,2	1,5	1,9	1,1	<b>-2,4</b>	-1	<b>-2,7</b>	-0,1	0,4	-1,7	1,2	<b>-3,4</b>
PMDB	<b>3,5</b>	<b>4,7</b>	<b>-3,7</b>	-1,9	<b>-5,7</b>	-0,4	<b>-4,4</b>	<b>-4</b>	<b>-2,5</b>	<b>-4</b>	<b>-2,5</b>	<b>-4,4</b>
PP	<b>3,3</b>	<b>4</b>	<b>-5,1</b>	1,3	<b>-2,9</b>	-1,9	<b>-4,7</b>	<b>-5,3</b>	-1,4	<b>-2,1</b>	<b>-2,4</b>	<b>-3,1</b>
PR	0,9	0,4	-1,2	<b>2,8</b>	-1,6	-1	-0,8	-0,5	-1,1	-0,1	0,5	<b>-2,1</b>
PSB	0,5	-1,2	-1,9	-1,6	-0,4	<b>2,1</b>	0,9	1,7	-0,8	-0,1	0,4	0,7
PSD	1,7	0,4	-1,8	0,7	<b>-2,6</b>	0,6	-1,3	-1,3	-1,9	<b>-2,1</b>	<b>-2,9</b>	0,9
PSDB	0,9	0,7	-1,2	-1,2	-0,4	<b>-3</b>	<b>-2,9</b>	<b>2,6</b>	0,4	1,5	0,4	<b>-2,7</b>
PT	1	-0,4	<b>-2,2</b>	1,9	<b>-2,9</b>	0,8	1	<b>-2,2</b>	0,4	0,9	0,4	1,1
PTB	1,1	-0,5	<b>-2,9</b>	1,1	0,4	0	0,4	0,1	-1,4	-0,1	<b>-3</b>	0,6
Partidos menores	<b>-7,7</b>	<b>-7,4</b>	<b>10,9</b>	-0,5	<b>9,9</b>	<b>2,4</b>	<b>9,1</b>	<b>6,1</b>	<b>4,6</b>	<b>6,5</b>	<b>4,4</b>	<b>8,6</b>

(\*)  $\chi^2 = 685,437$ ; gl 50; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,142; Gama = 0,156; N = 53284;  $V^2 = 0,0026 = 0,26\%$

(\*\*)  $\chi^2 = 457,266$ ; gl 50; Sig. 0,000; V de Cramer: 0,142; Gama = 0,264; N = 4559;  $V^2 = 0,0201 = 2,01\%$

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

### 3. O executivo e o legislativo municipal: desempenhos congruentes ou incongruentes?

Nesta seção, analisamos a forma como os partidos políticos se organizaram e o seu desempenho nas disputas pelos poderes executivo e legislativo municipais. A ideia é encontrar indícios de uma coordenação específica dos partidos nas eleições na esfera municipal, distinta das estratégias que caracterizam a competição em nível federal. Para isso, utilizamos dos mesmos dados apresentados nas tabelas anteriores para comparar o desempenho dos partidos em relação aos prefeitos e vereadores eleitos nas cinco

regiões do país e nos grupos de municípios de distintas magnitudes, além do efeito das coligações nestes diferentes territórios.

Através da figura 1, podemos perceber que, ao relacionarmos os prefeitos e vereadores eleitos e seus respectivos partidos, nas cinco regiões do país, a tendência foi a obter um desempenho semelhante, sobretudo quando observamos o sentido (positivo ou negativo) indicados pelos resíduos padronizados, nas disputas pelo executivo e pelo legislativo municipais. A maioria dos partidos que apresentou resíduos positivos (significativos ou não) de prefeitos eleitos também apresentou resíduos positivos (significativos ou não) de vereadores eleitos. O mesmo tendeu a ocorrer nas situações em que os resíduos foram negativos (significativos ou não). Poucos foram os casos em que, por exemplo, um partido obteve resíduos positivos de prefeitos eleitos e resíduos negativos para vereadores eleitos.

Para melhor elucidarmos a leitura, vejamos o exemplo do PMDB – partido com o maior número de prefeitos e vereadores eleitos no país em 2016. Na região Norte, este partido apresentou +3,1 de resíduos relacionados ao número de prefeitos eleitos – um número positivo significativo –, porém, obteve -2,2 de resíduos relacionados ao número de vereadores eleitos na região – um número negativo significativo. Ou seja, o PMDB registrou desempenhos diferentes entre as disputas para o executivo e o legislativo naquela região: positivo para prefeitos eleitos e negativo para vereadores eleitos.

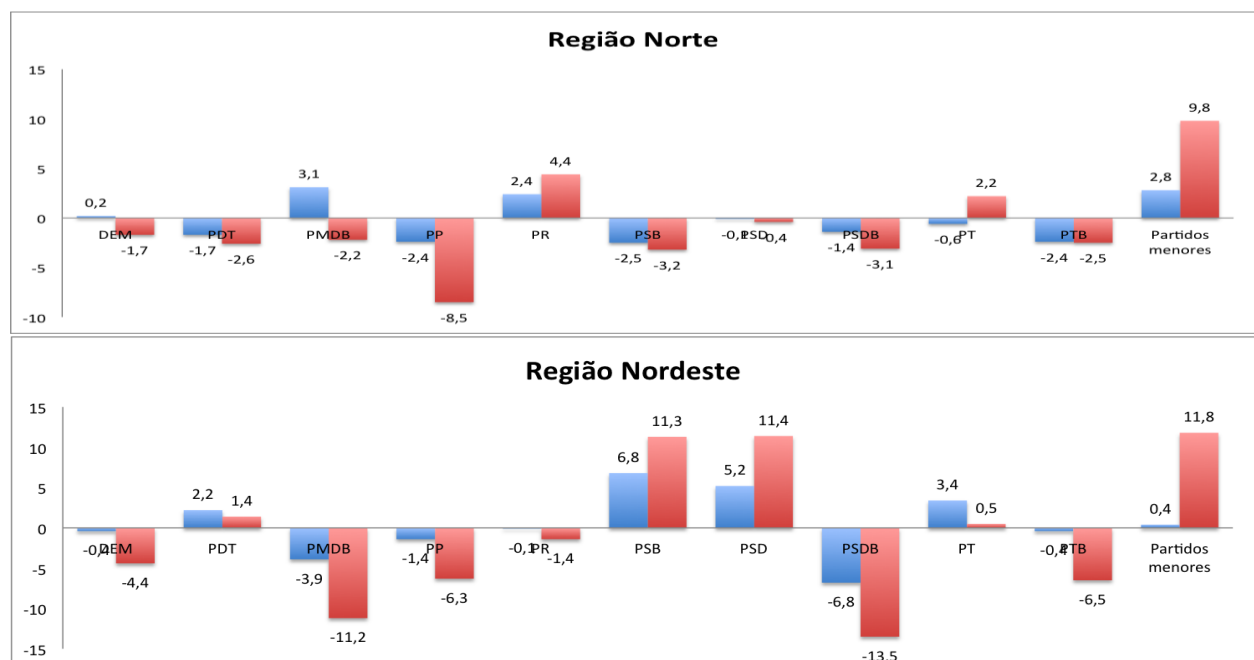
Nas demais regiões do país, o PMDB apresentou resíduos “casados” entre as disputas do executivo e legislativo municipais: resíduos positivos na região Sul e resíduos negativos nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país.

O PT apresentou desempenho semelhante ao PMDB, uma vez que, assim como os emedebistas, o PT obteve resíduos díspares entre prefeitos e vereadores eleitos na região Norte, mas, por outro lado, apresentou resíduos “casados” nas demais regiões do país: positivos nas regiões Nordeste e Sul e negativos nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

O PSDB obteve um desempenho casado em todas as regiões: resíduos positivos no Sudeste e Centro-Oeste e resíduos negativos no Norte, Nordeste e Sul. Com exceção do PSD na região Centro-Oeste e do PTB na região Sul, todos os demais partidos, inclusive os partidos menores, apresentaram resíduos casados – ou seja, registraram o mesmo sentido (positivo ou negativo) nas disputas pelos poderes executivo e legislativo municipais.

Na figura 2, comparamos as variáveis prefeitos eleitos e vereadores eleitos nos municípios de diferentes magnitudes e verificamos que, assim como a figura anterior, os partidos políticos tenderam a agir de maneira semelhantes nas disputas pelos poderes executivo e legislativo na esfera municipal. Apenas oito foram os casos em que encontramos resíduos díspares entre o número de prefeitos e vereadores eleitos: o DEM nos municípios de 500.001 a 1.000.000 de habitantes; o PDT nos municípios com mais de 1.000.001 habitantes; o PR nos municípios de 500.001 a 1.000.000 de habitantes; o PSB nos municípios de 50.001 a 200.000 habitantes; o PSDB nos municípios de até 200.000 habitantes e nos com mais de 1.000.001 habitantes; o PT em todas as categorias de municípios com mais de 50.001 habitantes; e os partidos menores nos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes.

Merece nossa atenção o fato de que o PMDB tendeu a um desempenho casado nas disputas pelo executivo e legislativo municipais em todas as categorias de municípios, o que indica uma estratégia coordenada deste partido para a competição eleitoral nos municípios. Outro caso interessante é o do PSDB que, com exceção dos municípios com menos de 50.000 habitantes em que teve um desempenho melhor nas disputas pelo poder legislativo, obteve um desempenho positivo nas disputas pelo pelas prefeituras municipais, evidenciando, assim, uma maior predisposição às disputas pelo poder executivo nos municípios.



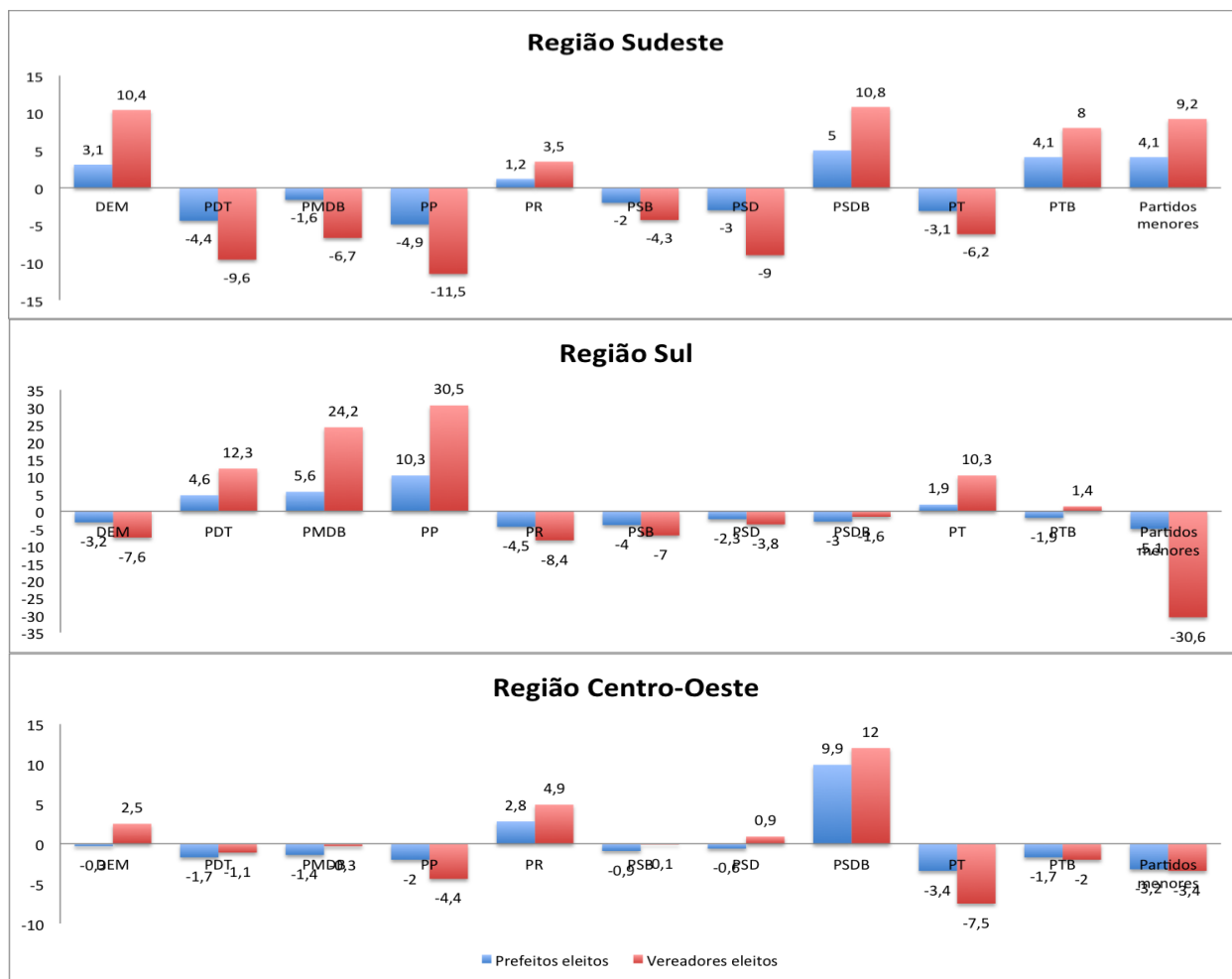


FIGURA 1 – Resíduos padronizados de Prefeitos eleitos e Vereadores eleitos por partidos nas regiões no país  
 Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

O PT foi o partido que mais apresentou resultados díspares dentre as categorias de municípios: em cinco das seis categorias. Este partido não apresentou nenhum resultado positivo significativo nas categorias de municípios relacionadas. Apenas nos municípios de 100.001 a 200.000 habitantes que o PT registrou resíduos significativo, porém negativos, em relação ao número de vereadores eleitos.

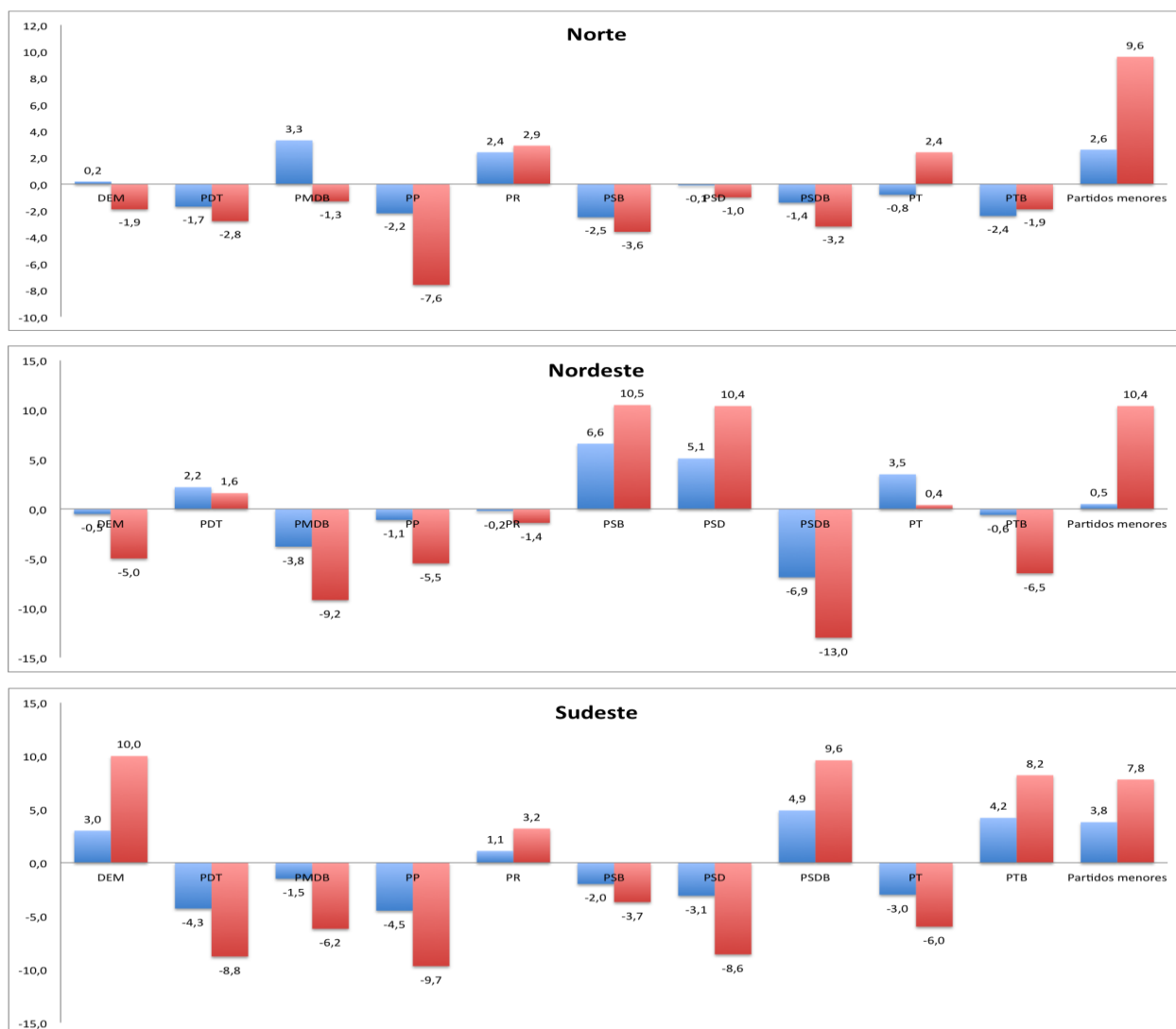
Os partidos menores, menos presentes nas cidades pequenas, com até 50.000 habitantes, apresentaram grande predisposição à competição pelo poder legislativo, uma vez que registrou resíduos positivo significativos elevados em todas as categorias de municípios com mais de 50.001 habitantes.



FIGURA 2: Resíduos padronizados de Prefeitos e Vereadores eleitos nas diferentes categorias de municípios. Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

Na figura 3, relacionamos as variáveis prefeitos e vereadores eleitos por coligação nas regiões do país e observamos que o desempenho dos partidos foi homogêneo e tendeu a seguir o mesmo sentido, tanto para as eleições para prefeitos quanto para vereadores nas regiões do país. Apenas encontramos disparidades nos casos do DEM no Norte e no Centro-Oeste, do PMDB no Norte, do PSD no Centro-Oeste, do PT no Norte, do PTB no Sul e dos partidos menores no Norte. Nas demais regiões, obtivemos apenas os casos de desempenhos casados entre prefeitos e vereadores eleitos.

Um aspecto peculiar presente nas figuras elaboradas é a ênfase dada pelos partidos à competição pelos cargos do legislativo municipal, demonstrada pelos inúmeros resíduos elevados acerca do desempenho dos partidos em número de vereadores eleitos – um outro indício da coordenação partidária na esfera municipal.



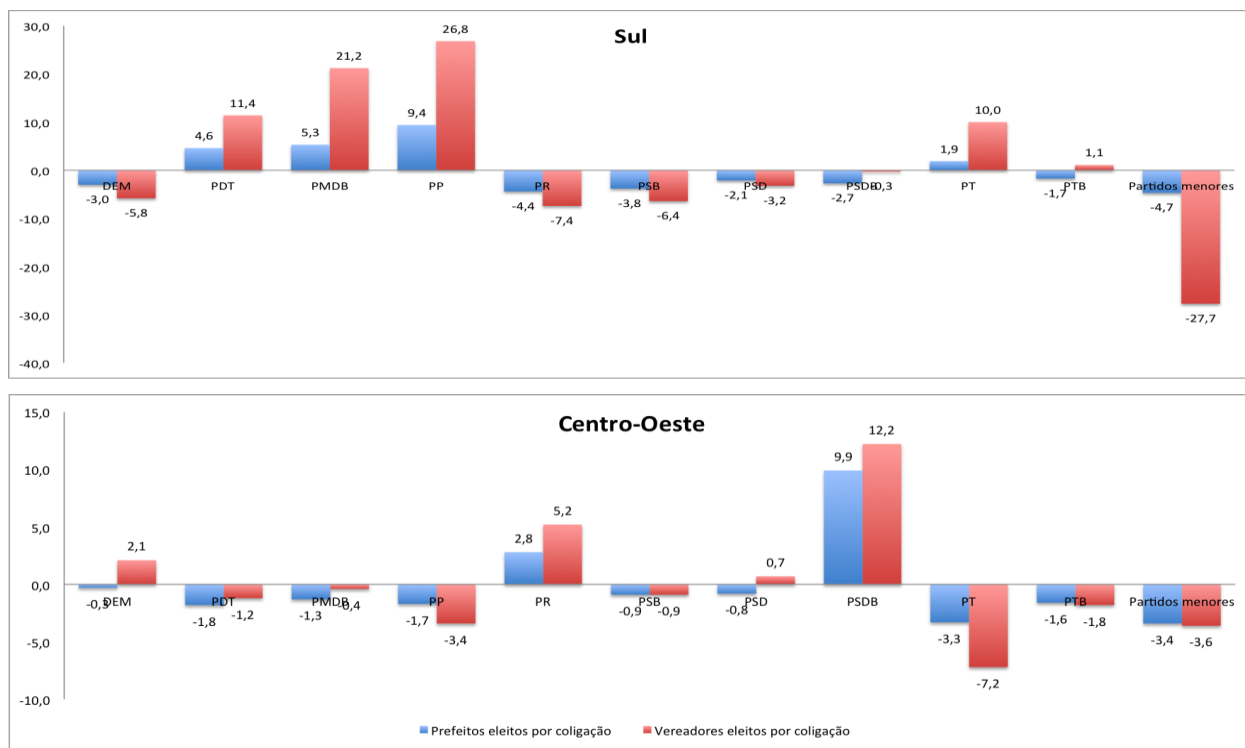


FIGURA 3: Resíduos padronizados de Prefeitos e Vereadores eleitos por coligações nas regiões do país  
 Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

Quando não coligados, encontramos uma tendência de desempenho partidário desconexo entre prefeitos e vereadores eleitos nas regiões do país. Isso porque encontramos vinte casos em que o desempenho de um determinado partido foi positivo na competição pelas prefeituras e negativo na disputa pelas vagas nas Câmaras Municipais. Os casos são: do DEM nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; do PDT nas regiões Norte e Nordeste; do PMDB no Centro-Oeste; do PR no Norte; do PSB no Norte e Centro-Oeste; do PSD no Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste; do PSDB no Nordeste; do PT no Norte e no Nordeste; do PTB no Nordeste, Sudeste e Sul; e dos partidos menores no Centro-Oeste. (Ver figura 4)

A figura 4 expõe, mais uma vez, a importância da articulação e coordenação dos partidos sobre a competição eleitoral na esfera municipal. Além disso, a coligação pode ser compreendida nessa situação como um recurso que permite a inserção dos partidos nas regiões em que estes não demonstram força suficiente para eleger seus candidatos. Caso os partidos fossem de fato nacionalizados, encontraríamos menos casos de desempenhos desconexos quando uma legenda não recorresse ao recurso da coligação na competição da esfera municipal.

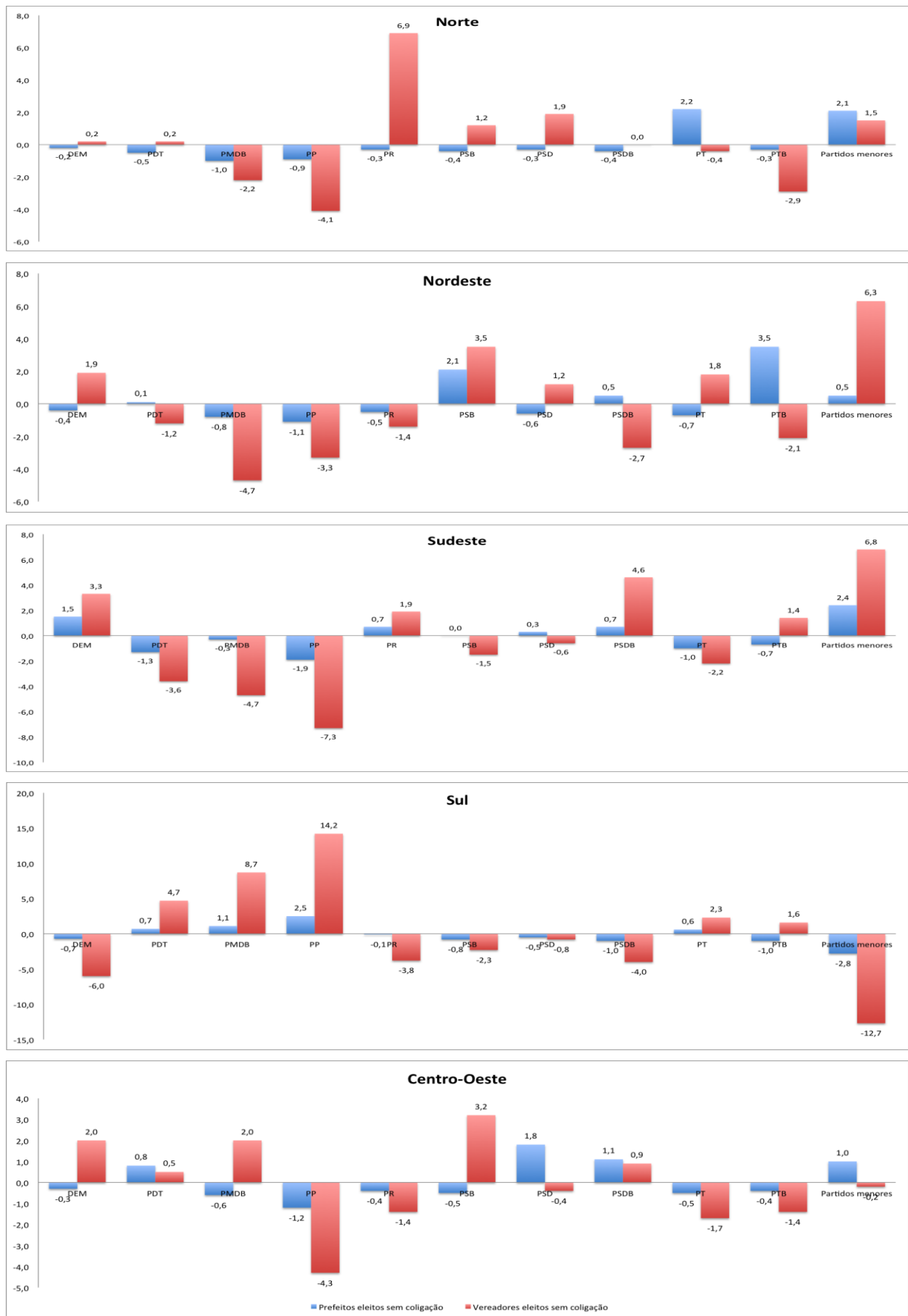


FIGURA 4: Resíduos padronizados de Prefeitos e Vereadores eleitos sem coligações nas regiões do país  
 Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

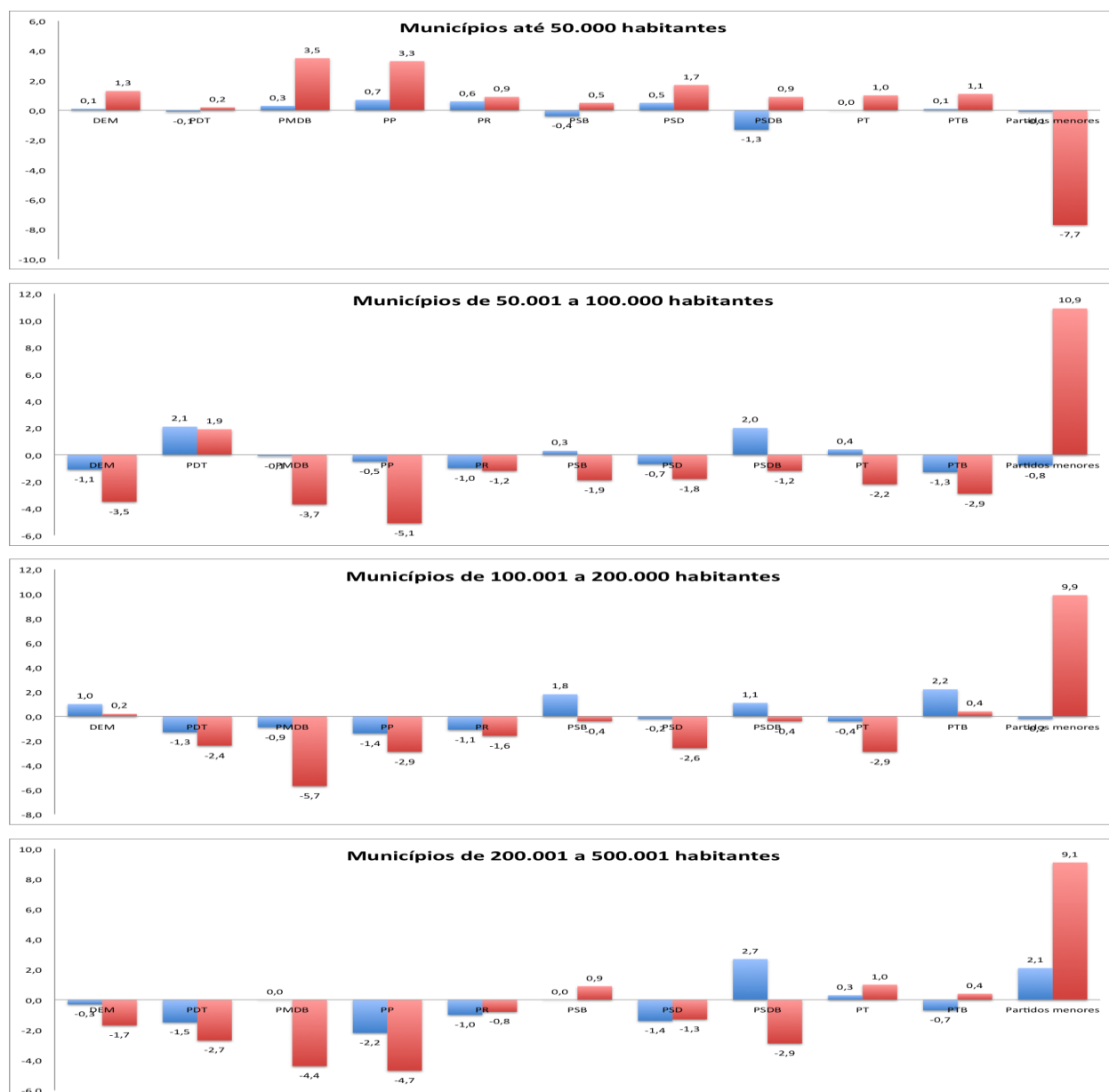
Na figura 5, verificamos dezessete casos de incongruência entre os desempenhos dos partidos nas disputas pelo executivo e legislativo de acordo com os municípios de diferentes magnitudes, assemelhando-se à situação exposta acima de que as coligações atuam como recurso útil à coordenação dos partidos em distintos territórios. Em específico, a categoria de municípios que mais apresentou casos de incongruência foi a de 500.001 a 1.000.000 de habitantes, 6 casos no total – o DEM, o PDT, o PP, o PR, o PT e os partidos menores. Ou seja, estes partidos tiveram seus desempenhos desiguais entre o número de prefeitos e vereadores eleitos – resíduos positivos para um e negativos para outro. Este cenário reafirma a importância das coligações como um recurso capaz de influenciar, de diferentes maneiras, os resultados das eleições municipais.

Uma interpretação possível sobre a figura 5 é tendência de quanto maior a magnitude dos municípios, maior é a ocorrência de casos de resíduos negativos significativos dentre os maiores partidos. Nos municípios pequenos, de até 50.000 habitantes, apenas dois dos maiores partidos quais? (nas disputas pelo executivo) e o conjunto dos pequenos partidos (nas disputas tanto para o executivo quanto para o legislativo municipal) obtiveram resíduos negativos, embora apenas os resíduos dos partidos menores sobre o número de vereadores eleitos foi considerado significativo. Já nos grandes municípios, com mais de 1.000.001 de habitantes, seis foram os casos de desempenhos negativos, sendo quatro deles congruentes e dois incongruentes. Quais?

Dentre os partidos que apresentaram mais casos de desempenho incongruente está o PSDB, com quatro ocorrências: entre as categorias de municípios de até 200.001 habitantes. Soma-se a este, o fato de o PSDB ter obtido resíduos positivos nas disputas pelas prefeituras em todas as categorias acima de 50.001 habitantes, sempre maiores que os resíduos relativos à competição pelo legislativo municipal, atribuindo ao partido uma maior disposição pelos cargos do poder executivo.

O PT, por sua vez, obteve desempenho incongruente nos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes e nas duas categorias de municípios com mais de 500.001 habitantes. No geral, este partido apresentou poucos casos de resíduos positivos (6 casos), sendo que nenhum deles foi considerado significativo. Seu único desempenho significativo, apesar de negativo, foi de -2,9 na disputa pelo legislativo nos municípios de 100.001 a 200.000 habitantes.

Os casos do PMDB e do PP são similares, uma vez que ambos tiveram desempenhos congruentes em todas as categorias de municípios – exceto o PP que obteve um desempenho incongruente nas cidades entre 500.001 e 1.000.000 de habitantes. Estes partidos apresentaram resíduos positivos significativos nas disputas legislativas nos menores municípios e somaram resíduos negativos, significativos ou não, nos demais conjuntos de municípios.



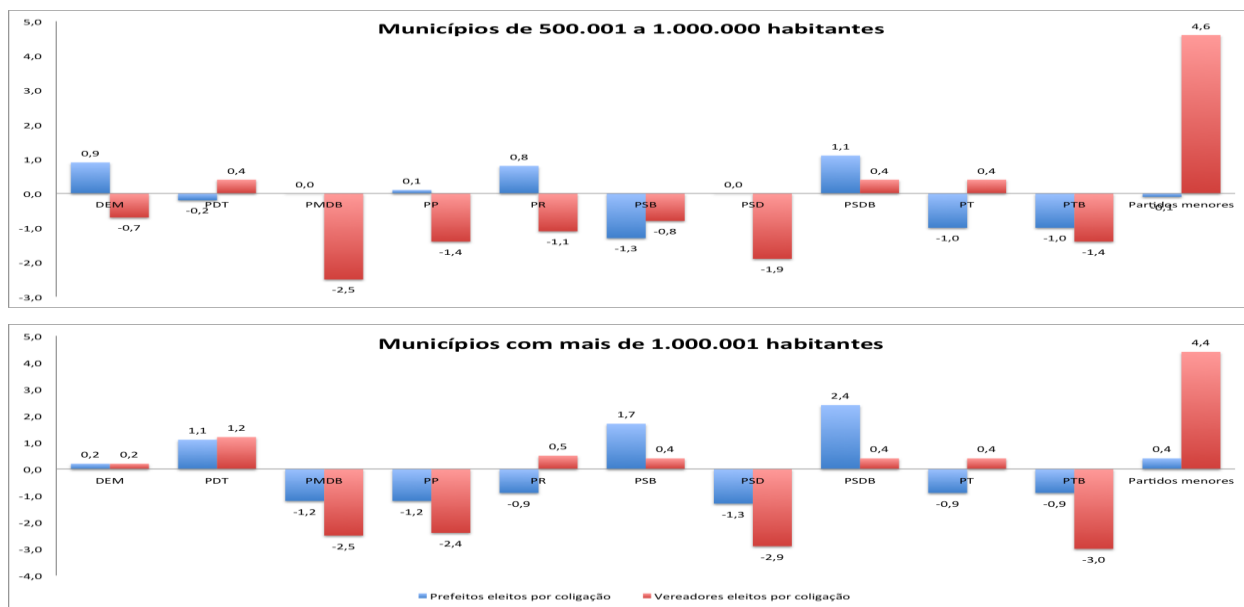


FIGURA 5: Resíduos padronizados de Prefeitos e Vereadores eleitos por coligações nas diferentes categorias de municípios

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

Na figura 6, podemos analisar a congruência do desempenho dos partidos apenas nas categorias de municípios de até 200.000 habitantes, pois nenhum partido elegeu prefeitos sem recorrer às coligações nos municípios de maior magnitude – o que novamente demonstra a importância deste recurso eleitoral. Sendo assim, o PSB, o PSDB e o PT apresentaram incongruência no conjunto de municípios de até 50.000 habitantes; o PDT, o PP, o PR, o PSD, o PSDB, o PT e o PTB foram incongruentes nos município de 50.001 a 100.000 habitantes; e o DEM, o PMDB, o PSB, o PSD, e o PT tiveram desempenhos incongruentes nos município de 100.001 a 200.000 habitantes – um total de 15 casos de incongruência de desempenhos em apenas três categorias de municípios.

Além do número de casos incongruentes, chamou atenção o fato de a maioria dos partidos priorizarem a disputa pelos cargos legislativos. A única exceção é a do PSDB que obteve resíduos positivos significativos (+4,3) na disputa pelas prefeituras dos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes. Ademais, o PMDB também obteve resíduos positivos (+0,6), porém, não significativos, para prefeitos eleitos nos municípios de 100.001 a 200.000 habitantes.

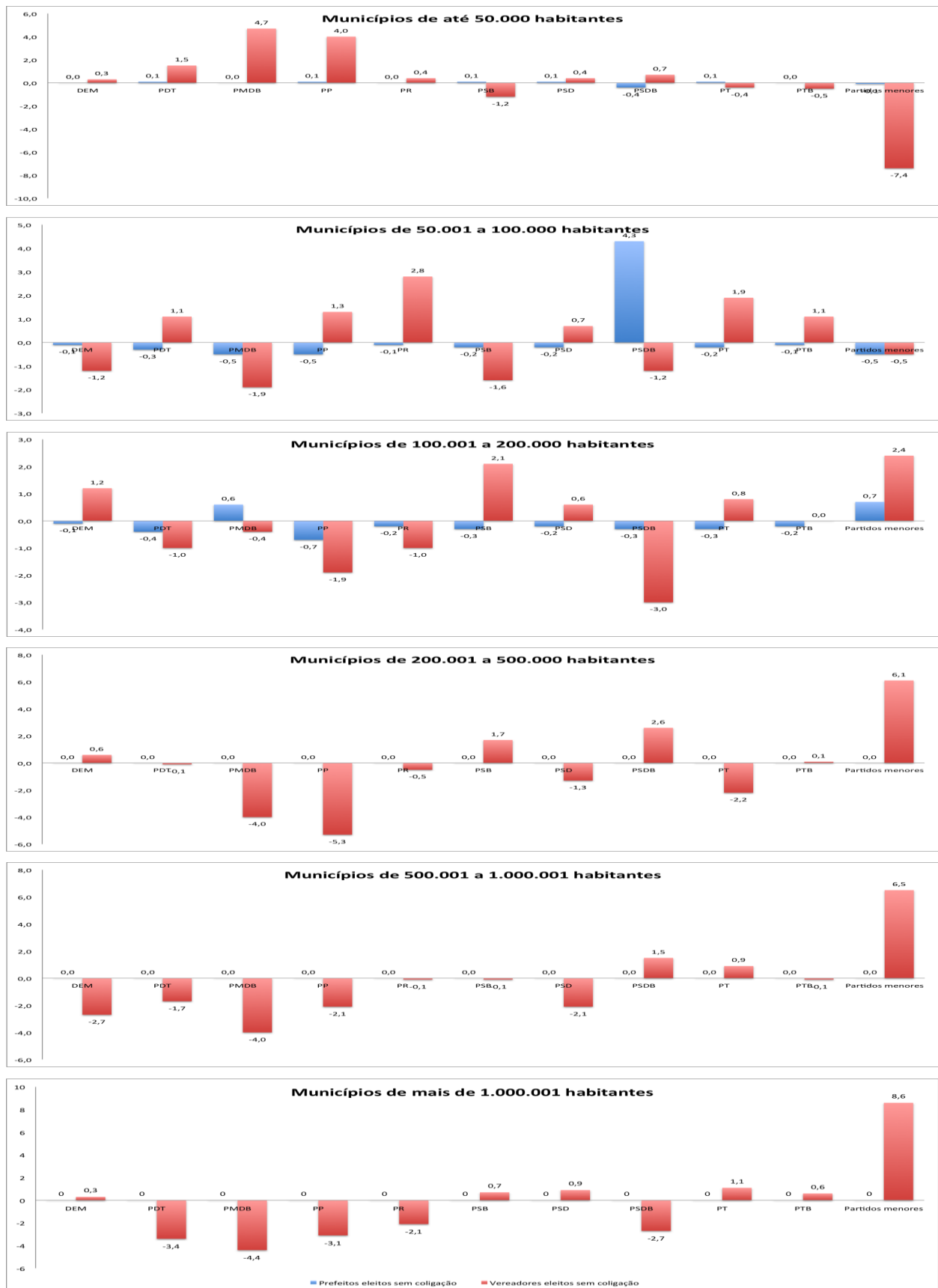


FIGURA 6: Resíduos padronizados de Prefeitos e Vereadores eleitos sem coligações nas diferentes categorias de municípios  
 Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do TSE.

## Considerações finais

Os dados apresentados apontam para a importância do jogo político subnacional e das várias possibilidades de articulação do sistema político brasileiro. As eleições de 2016 são reveladoras das dificuldades da nacionalização partidária e da integração vertical do sistema partidário. Por qualquer uma das variáveis selecionadas – o desempenho dos dez maiores partidos e do conjunto dos partidos menores nas cinco regiões do país e nos municípios de diferentes magnitudes, além do efeito das coligações sobre as eleições de seus candidatos – verificamos diferenças em relação às suas estratégias regionais, à magnitude dos municípios e à decisão sobre coligações.

Os padrões diferenciados de competição política subnacional tornam necessária uma análise mais aprofundada da forma como os partidos se organizam eleitoralmente e sua relação com o nível nacional e estadual. As explicações para estas diferenças vão além das questões institucionais. A elas acrescentamos o aumento da competitividade eleitoral nos municípios em decorrência das prerrogativas estabelecidas definidas pela Constituição de 1988 e as marcantes diferenças territoriais do país, quer em termos populacionais, eleitorais ou de contextos socioeconômicos, com a entrada de novos atores políticos oriundos de uma forte mobilidade social nesse período.

A desconfiança e descrédito em relação aos partidos políticos e aos políticos, provocados pela crise que o país vive desde 2013 podem ter contribuído para o aumento da fragmentação partidária nas eleições de 2016, fato que já vinha ocorrendo, nas eleições municipais desde 2012 e que pode influenciar os arranjos eleitorais para a competição partidária de 2018, transformando numa incógnita o resultado da próxima eleição presidencial.

Um maior conhecimento de como se organizam os partidos a nível subnacional e quais os incentivos para as decisões a serem tomadas pelas elites locais permitem entender melhor o papel que as eleições municipais exercem sobre a estruturação do sistema de partidos brasileiros e das dificuldades de nacionalização partidária e verticalização do sistema.

## Referências

AMES, B. (1994). The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election. *American Political Science Review*, n.88, March, p. 95-111.

- AMES, B. (2003) Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro. FGV.
- BORGES, A. (2015). Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*. Rio de Janeiro: vol.58, n.3, p.651-688.
- CARNEIRO, L. P. e ALMEIDA, M. H. T. (2008) Definindo arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Dados*. Rio de Janeiro, v.51, n.2, P.403-432.
- CORTEZ, R. (2009). Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- COX, G. (1999). Electoral Rules and Electoral Coordination. *Annual Review of Political Science*, vol.2, p. 145-161.
- DOSEK, T. e FREIDENBERG, F. (2013). La congruencia de los partidos y sistemas de partidos multinivel en América latina: conceptualización y evaluación de algunas herramientas de medición. *Politai: Revista de Ciência Política*. Espanha. Ano 4, n.7, p.161-178.
- HABERS, Imke. (2010) Decentralization and the Development of Nationalized Party Systems in New Democracies. *Comparatives Political Studies*, n.43 (5), p.139-166.
- JONES, M e MAINWARING, S. (2003) The nacionalization of parties and parties systems: na Empirical Measure and an application to the Americas. *Party Politics*. Vol. 9 (2), p.139-166.
- KERBAUY, M T. M. (2009) As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais. *Perspectiva-Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, p.15-34.
- KERBAUY, M. T. M. e SILVA, B. S.(2016) Padrões Regionais de Votação nas eleições municipais brasileiras. In: Botero. F e outros. **Dinansimo y Diversidad em la Ciência Política Latinoamericana. Universidad de los Andes**. Ediciones Uniandes Colombia.
- LIMA Junior, Olavo Brasil de. (1983) *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal.
- LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael. (2010). As eleições de 2010 e o quadro partidário, *Novos Estudos Cebrap*, n 88, p.21-38.
- MAINWARING, SCOTT. (1991). Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. São Paulo. *Novos Estudos Cebrap.*, n.29, p.34-58.
- MAINWARING, Scott. P. (2001) *Sistemas partidários em novas democracias*. O caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV/Mercado Aberto.
- MAIR, Peter. (1997). *Party system change approaches and interpretations*. Oxford: Oxford University Press.
- MELO, Carlos. R. (2010). Eleições presidenciais, jogos alinhados e sistema partidário no Brasil. Brasília. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, p.13-41.
- MELO, Carlos. R. & CÂMARA, Rafael. (2012). Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. Rio de Janeiro. *Dados*, v.55, n1, p.71-117
- MENEGUELLO, R. (2011) Las elecciones de 2010 y lós rumbos del sistema de partidos brasileño. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones. In: SAÉZ, M. e TAGINA, M.L. (org). *América Latina: Política y elecciones del bicentenario (2009-2010)*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, v.209, p.449-488.
- NICOLAU, J. (2015). Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014. *Em Debate*. Belo Horizonte, v.7, n.2, p.29-41.
- NICOLAU, J. (2017). Os quatros fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy em Português*, volume 6, Numero 1. Maio. p.83-106
- NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. (2007). Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das Eleições Presidenciais de 2006. XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, outubro.
- PEREIRA, C. e RENNÓ, L.R. (2001). O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e regionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*. Rio de Janeiro: v.44, n.2. p.323-362.

ROKKAN, S. (1970). **Nation building, cleavage formation and structuring of mass political. Citizens, elections, parties: approaches to the comparative study of the process of development.** New York: Mc Key.

SOARES, G.A.O e TERRON, S.L. (2008) Dois Lulas: a geografia da reeleição( explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*. Campinas: v.14, n.2, p.269-301.

SUAREZ-CAO, J. e FREIDENBERG, F. (2010) Sistema de partidos multinível y calidad de la democracia: una tipología de sistema de partidos. V Congreso Latinoamericano de Ciência Política, Buenos Aires. Argentina

## Apêndice: Notas metodológicas

**Análise dos resíduos padronizados (Rp)** - A análise dos resíduos padronizados verifica a direção e a significância da relação entre as variáveis. Este teste padroniza os resíduos brutos e as frequências esperadas e pretende comparar os resultados de variáveis de diferentes dimensões e grandezas. A análise de resumos padronizados é a verificação de valores que representam a relação biunívoca (nas duas direções) com probabilidade de chances de ocorrência. Analisa se há significância entre as variáveis relacionadas. Podemos considerar que os valores de resíduos padronizados no intervalo de +1,96 e -1,96 apresentam excessos de casos significativos. No caso, os números destacados em azul apontam para uma relação positiva e significativa entre as variáveis analisadas; os números destacados em vermelho apontam para uma relação negativa e significativa entre as variáveis analisadas; e os números em preto indicam que não há relação significativa entre as variáveis.

**Teste qui-quadrado ( $\chi^2$ )** – Este teste serve para comparar se existem diferenças estatisticamente significativas entre duas distribuições quaisquer ou entre categorias de uma mesma distribuição. É usado em variáveis categóricas e parte da hipótese nula de que não existem diferenças significativas entre as distribuições comparadas. Verifica se há ou não diferenças significativas entre as distribuições. Se houver, podemos rejeitar a hipótese nula e considerar a existência de alguma relação entre as variáveis.

**Teste qui-quadrado para variações independentes** – Este teste busca rejeitar a hipótese de independência, ou seja, saber se as duas variáveis categóricas estão ou não relacionadas. A hipótese nula afirma que elas são independentes e que não apresentam relação entre si. O coeficiente só permite aceitar ou rejeitar a hipótese nula ( $H_0$ ). No caso de rejeita-la não é possível saber em que medida as duas variáveis estão relacionadas. Permite identificar se há um padrão de distribuição com probabilidade suficiente para considera-la não-aleatória.

**V de Cramer** – Os coeficientes Phi e V de Cramer medem a força de associação de uma variável sobre outra, quando usamos o teste qui-quadrado. Usa-se o Phi para tabelas quádruplas e o V de Cramer para outras tabelas. A leitura do V de Cramer é equivalente a de um coeficiente de correlação de Pearson. Ele indica qual a força da associação direta entre o conjunto das categorias das duas variáveis testadas. Calcula-se o V de Cramer somente quando o coeficiente  $\chi^2$  (qui-quadrado) for estatisticamente significativo, caso contrário, a magnitude do efeito será muito baixa ou nula. A leitura do coeficiente V de Cramer é similar à de um coeficiente de correlação de Pearson.

**Teste  $V^2$**  - O quadrado do V de Cramer ( $V^2$ ) indica a proporção da variância da relação que é explicada pelo  $\chi^2$ . No caso, 0,111 ao quadrado ( $V^2$ ) = 0,012 ou, 1,2% da variância das duas variáveis analisadas. O  $V^2$  indica determinação/causalidade - é equivalente ao  $R^2$ , só que para uma variável categórica.

**Teste com variáveis ordinais - Coeficiente Gama (G)** - tabelas com três ou mais categorias - teste indicado para medir o grau de relação entre duas variáveis categorias ordinais ou pelo menos uma ordinal e outra nominal. Este teste segue o mesmo princípio do Qxy (Q-yule). Ele compara o volume de pares consistentes com o de pares inconsistentes, dividindo pelo total de pares diferentes em X e Y. Só que o Gama faz isso para todas as categorias que aparecem nas variáveis. Exemplo: Se o resultado do coeficiente de associação G foi de -0,229, ou -22,9%, a interpretação é que há uma associação negativa baixa entre tamanho do município e categoria de percentual de votos a candidatos do PMDB, ou seja, quanto maior o município, menor o percentual de votos de candidatos a prefeito pelo partido.